

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

**A INFLUÊNCIA DO GRAMSCISMO NO PENSAMENTO E NA ATIVIDADE DE
JORNALISTAS DE ESQUERDA À ÉPOCA DO REGIME MILITAR**

Davi Caldas Bezerra

Rio de Janeiro

2017

DAVI CALDAS BEZERRA

A INFLUÊNCIA DO GRAMSCISMO NO PENSAMENTO E NA ATIVIDADE DE
JORNALISTAS DE ESQUERDA À ÉPOCA DO REGIME MILITAR

Projeto de Monografia, apresentado à
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
como um dos pré-requisitos para a obtenção
do título de Bacharel em Jornalismo, sob a
orientação do Prof. João Pedro Dias Vieira.

RIO DE JANEIRO

2017

RESUMO

Durante o regime militar instaurado no Brasil de 1964 a 1985, regime de viés anticomunista e autoritário, averiguou-se um crescimento considerável de editoras de oposição e publicações marxistas, em especial de autores do “Marxismo Ocidental”, dos quais se destaca o comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). No mesmo período, também se constatou o surgimento de diversos jornais alternativos de esquerda e a afluência de muitos jornalistas comunistas nas redações de jornais conservadores de grande porte, com o conhecimento e a aprovação de seus donos e editores. Tal cenário levanta questionamentos sobre como (e por que) isto se sucedeu e de que forma as obras divulgadas no período influenciaram o pensamento e a atividade dos jornalistas ligados à esquerda. Escolhendo como recorte justamente o gramscismo, este trabalho se propõe analisar a influência dessa vertente marxista sobre os jornalistas de esquerda no Brasil durante o regime militar.

PALAVRAS-CHAVE: gramscismo, jornalistas de esquerda, regime militar.

ABSTRACT

During the military regime established in Brazil from 1964 to 1985, a system of anticommunist and authoritarian bias, considerable growth was found in opposition publishers and Marxist publications, especially authors of "Western Marxism", of which the Communist Italian Antonio Gramsci (1891-1937). In the same period, there were also the appearance of several left-wing alternative newspapers and the influx of many communist journalists in the editorial offices of large conservative newspapers, with the knowledge and approval of their owners and publishers. This scenario raises questions about how (and why) this took place and how the works published during the period influenced the thinking and activity of journalists linked to the left. Choosing exactly how to cut gramscism, this paper intends to analyze the influence of this Marxist strand on leftist journalists in Brazil during the military regime.

KEYWORDS: gramscism, left journalists, the military regime.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de ingressar neste curso e também a força necessária para concluí-lo. Sou grato ainda ao meu Senhor por ter conseguido desenvolver este trabalho, um desafio considerável. Deixo aqui também o meu sincero agradecimento aos meus pais, a quem devo a educação, o conhecimento e o apreço pelo estudo que conquistei; aos meus dois irmãos, grandes companheiros na minha vida; aos meus familiares e amigos que me apoiaram neste projeto; ao meu orientador, por possibilitado a existência desta monografia. Dedico o presente trabalho ao “Reação Adventista”, o grupo de cristãos adventistas mais inteligente e amigável que eu conheço.

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo 1: Do marxismo ortodoxo ao marxismo ocidental	09
1.1: A visão de Marx e Engels	09
1.2: A visão de Lênin	12
1.3: A visão de Gramsci	18
Capítulo 2: O pensamento de Gramsci entre os jornalistas brasileiros	28
2.1: A popularização do gramscismo	28
2.2: Duas estratégias de infiltração	32
Capítulo 3: Tensões e Interações do (e no) gramscismo	41
3.1: Gramsci x Lênin	41
3.2: Um inconsciente gramscista	45
3.3: O papel do jornalista gramscista	48
Conclusão	59
Referências Bibliográficas	62

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1964 e 1985 vigorou no Brasil um regime militar de caráter autoritário e viés anticomunista, que se utilizou da censura aos meios de comunicação, a fim de controlar a oposição. Iniciado em 01 de Abril de 1964, com a fuga do então presidente do país João Goulart (Jango) em meio a sua iminente deposição, o regime só adquiriu características plenas de ditadura em 1968, a partir do, assim denominado, *Ato Institucional N°5* (VILLA, 2014, p. 263-264), o qual, entre outras coisas, acresceu deveras os poderes do cargo de Presidente da República.

É justamente a partir de 1968 que se inicia o período mais forte de repressão e censura dos meios de comunicação pelo regime, período que se estende até 1979, com o princípio da reabertura democrática, processo operado de maneira gradual. Não obstante ao fortalecimento da censura nesses 11 anos de regime mais duro e também aos casos (mais esparsos, porém existentes) de censura e repressão nos demais anos do regime, averigua-se no mesmo período o surgimento expressivo de editoras de oposição (MAUÉS, 2013) e um aumento considerável de traduções e publicações de obras marxistas. Ressalta-se, entre essas traduções e publicações, obras de e sobre autores do “Marxismo Ocidental” ou “Eurocomunismo”, tais como Lucács, Gramsci, Marcuse, Adorno e Benjamin.

O “boom” de publicações marxistas no mercado editorial deste período amplia o conhecimento sobre autores e conceitos até então pouco conhecidos no Brasil (COUTINHO, 2009), gerando uma onda de intelectuais (incluindo jornalistas) que irão se inspirar e orientar por esses novos paradigmas. Concomitantemente, é possível constatar no período supracitado o desenvolvimento de uma mídia alternativa de viés marxista bastante atuante, além de considerável afluência de jornalistas comunistas em grandes jornais convencionais (com aval e consentimento de seus proprietários).

O panorama descrito acima faz emergir algumas perguntas inevitáveis. Como este cenário jornalístico se tornou possível em um período de repressão e censura dos meios de comunicação? O que motivou jornalistas de esquerda e donos de grandes jornais a agirem em uma espécie de aliança? De que forma as referidas publicações marxistas do período influenciaram o pensamento e a atividade dos jornalistas da classe jornalística de esquerda? O tema é, por certo, de enorme amplitude, não sendo passível de ser abarcado em apenas uma obra ou por apenas um autor. Além do mais, ele se perfaz de subtemas, subáreas, vieses e

nuances, o que não apenas possibilita, mas impõe a criação de diversos objetos de estudo, os quais, no entanto, ampliam os horizontes uns dos outros e auxiliam na construção do panorama temático geral.

Com este pressuposto de necessidade de um recorte bem definido, tomamos como objeto específico de estudo para responder parte dessas questões o autor marxista Antonio Gramsci (1891-1937), que nos pareceu, em nossa pré-pesquisa, ter impactado e influenciado profundamente grande número de jornalistas de esquerda do período, bem como intelectuais de outras áreas. Assim, nos propusemos a estudar mais à fundo este impacto, as causas e efeitos da disseminação das ideias de Gramsci, de que forma seu pensamento foi absorvido, refletido, disseminado e aplicado no período, as relações da obra do autor com o fazer e pensar jornalístico, de que forma podemos entender melhor o período à luz da influência de Gramsci sobre os jornalistas de esquerda e, por fim, qual legado a absorção de seu pensamento deixou para os jornalistas de esquerda e comunistas após o regime militar.

Os trabalhos utilizados como base por esta monografia são, em geral, de cunho acadêmico, a saber, dissertações e teses dos comunicólogos Mônica Mourão Pereira, Marco Antonio Roxo da Silva e Bernardo Kucinski, além dos escritos de pesquisadores conhecidos pela qualidade e rigor técnico de seus trabalhos como Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Carlos Nelson Coutinho. Esta análise se constituirá em um estudo expositivo e comparativo das descrições, avaliações e pesquisas levantadas por estes autores, buscando um fio condutor entre elas, uma base orientadora, que traga à lume respostas aos questionamentos feitos há pouco e evidenciem a relação do, assim chamado, gramscismo com o fazer e pensar jornalístico de comunistas e simpatizantes da esquerda no período do regime militar.

Em resumo, buscando aqui clareza e concisão, a pergunta-base que dará o ponta pé inicial a esta monografia é: o gramscismo possuiu impacto e influência consideráveis no pensamento e na atividade de jornalistas de esquerda no regime militar? Para ser mais exato: esse impacto e influência, caso tenha existido e seja observável, foi grande o suficiente para se destacar como peça chave na compreensão do contexto sociopolítico, cultural e histórico da época e, especificamente, do jornalismo da época? Nossa hipótese é que esta influência do gramscismo existiu, é observável e grande o suficiente para se mostrar como peça chave no entendimento mencionado.

Nosso trabalho se justifica por colaborar com uma melhor compreensão do pensamento e da atividade jornalística durante o período militar, o que, julgamos ser relevante do ponto de vista da história do jornalismo brasileiro. O objetivo primário desta monografia é colocar em discussão a influência e o impacto das ideias de Antonio Gramsci (ou do gramscismo) sobre parte considerável dos jornalistas brasileiros à época do regime militar.

O trabalho se dividirá em três capítulos. No primeiro faremos uma exposição do desenvolvimento do marxismo desde sua concepção original e ortodoxa por Karl Marx e Friedrich Engels, passando pelas teorizações de Vladimir Lênin e chegando às ideias principais de Antonio Gramsci.

No segundo capítulo, veremos como as ideias de Antonio Gramsci começaram a ser divulgadas no Brasil, o impacto inicial que tiveram sobre os intelectuais, a maneira como influenciaram o jornalismo alternativo e a adesão que ganharam, gradualmente, dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Também observaremos a estratégia de ocupação de espaços utilizada por muitos comunistas, sobretudo do PCB, e sua relação gradativamente maior com o gramscismo.

No terceiro capítulo, estudaremos as tensões e interações do gramscismo com os variados matizes dentro e fora do marxismo. Em outras palavras, veremos de que forma se deu a absorção dos princípios gramscistas pelos jornalistas de esquerda, expondo o relacionamento das ideias de Gramsci com outras cosmovisões, às vezes em processo de miscelânea, às vezes em processo de superação. Também será analisado o potencial do gramscismo de contar com agentes inconscientes, a evolução de sua cosmovisão durante o período militar e o legado deixado para os jornalistas de esquerda pós-regime.

CAPÍTULO 1: DO MARXISMO ORTODOXO AO MARXISMO OCIDENTAL

1.1) A visão de Marx e Engels

O marxismo original e ortodoxo se pauta numa visão determinista da história, na qual estágios econômicos se sucedem até ao chamado capitalismo, que, segundo Marx e Engels, marca o ápice do antagonismo de classe. O desenvolvimento do capitalismo torna a exploração do proletariado tão “aberta, despudorada, direta e árida” (MARX E ENGELS, 2011, p. 43), que cria um ambiente insustentável para ele. A consequência lógica, portanto, é que o capitalismo inevitavelmente estaria fadado à destruição.

As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criada. E de que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las.

As armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários (IBIDEM, p. 47).

Este determinismo histórico contido no marxismo ortodoxo é mais enfatizado algumas páginas a diante, ainda no *Manifesto do Partido Comunista*, quando os dois autores concluem o capítulo primeiro dizendo:

Assim, o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (IBIDEM, p. 55).

Os fundadores do comunismo (ou marxismo) acreditavam que suas proposições não se baseavam de forma alguma em ideias ou teorias, mas na expressão real, bruta, concreta e inquestionável das condições de uma luta de classes há muito existente na sociedade (IBIDEM, p. 57). A doutrina comunista, por assim dizer, se constituía numa ciência exata, tal como a matemática, e empírica, tal como a biologia, “que se desenrola sob os nossos olhos” (IBIDEM).

As ideias, ressalta-se, eram interpretadas por Marx e Engels como resultantes das condições materiais da sociedade em cada um de seus estágios. Em outras palavras, não eram as ideias que geravam as condições materiais, mas as condições materiais que geravam e moldavam as ideias. Para os dois autores, as ideias dominantes de cada período histórico sempre foram as ideias da classe dominante. E a percepção tradicional de que algumas ideias

revolucionam uma sociedade é falso. Na verdade, tal percepção seria uma visão distorcida do fato de que em uma sociedade velha se desenvolvem elementos de uma sociedade nova e, por consequência, as velhas ideias se desfazem tão logo também se dissolvem as velhas condições materiais. Um exemplo dado pelos autores para sustentar essa visão é a derrota das antigas religiões pelo cristianismo, quando o mundo antigo estava em declínio. Da mesma maneira, as ideias iluministas venceriam as ideias cristãs no século XVIII no contexto em que a burguesia revolucionária vencida a sociedade feudal (IBIDEM, p. 64).

A visão do comunismo como uma expressão exata da realidade, que detém o conhecimento do passado e do futuro e contempla toda a trajetória histórica do início ao fim, rende aos comunistas a orientação de acelerar o processo para a chegada da nova sociedade. Esta era, aliás, a grande contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels: a aceleração do processo. O processo em si era inevitável. É justamente com base nessa premissa que se considerava válido comunistas lutarem ao lado da burguesia nos países ainda absolutistas e pusesse a mesma na posição de classe dominante. Longe de ser uma contradição, tal comportamento denotava senso de estratégia. Em um documento escrito por Friedrich Engels, em 1847, chamado *Princípios do Comunismo*, ele explica:

Na Alemanha, por fim, ainda não ocorreu a luta decisiva entre a burguesia e a monarquia absoluta. E como os comunistas não podem contar com uma luta decisiva contra a burguesia antes que a burguesia domine, estão interessados em ajudar os burgueses a conquistarem o poder o mais cedo possível, para então derrubá-los o mais cedo possível. Os comunistas devem, portanto, tomar sempre o partido dos burgueses liberais contra os governos, precavendo-se apenas de compartilhar as ilusões dos burgueses ou de confiar em suas sedutoras garantias de que a vitória da burguesia trará saudáveis consequências para o proletariado. As únicas vantagens que a vitória da burguesia oferecerá aos comunistas serão: a) diversas concessões que facilitarão aos comunistas a defesa, a discussão e a difusão de seus princípios e, portanto, a unificação do proletariado numa classe organizada, estreitamente unida e pronta para a luta; b) a certeza de que no dia em que caírem os governos absolutos começará a luta entre burgueses e proletários. A partir desse dia, a política partidária dos comunistas será a mesma que nos países onde já domina a burguesia (IBIDEM, p. 110).

Essa curiosa associação ou coexistência pacífica entre comunistas e burgueses no interior da estratégia revolucionária também era prevista no estágio intermediário entre capitalismo e comunismo. Para Marx e Engels, não era possível efetivar a abolição da propriedade privada em um só golpe, mas apenas através de um processo de medidas graduais. No *Manifesto*, antes de delinear as medidas que os comunistas deveriam tomar quando no governo, afirma-se: “O proletariado utilizará o seu domínio político para arrancar *pouco a pouco* todo o capital à burguesia” (IBIDEM, p. 64 – grifo meu).

Engels, respondendo justamente se era possível abolir a propriedade privada de uma vez só, afirma que as forças produtivas então vigentes no capitalismo não poderiam ser multiplicadas “de um só golpe” à ponto de se tornar suficiente para toda a sociedade. Assim, ele conclui que a revolução do proletariado “só poderá, portanto, transformar gradualmente a sociedade atual e só poderá abolir a propriedade privada quando tiver criado a massa de meios de produção necessária para isso” (IBIDEM, p. 100).

No mesmo documento, Engels responde sobre que curso seguiria o movimento comunista, mencionando basicamente as mesmas medidas presentes no *Manifesto*, mas enfatizando melhor o caráter gradual das medidas. A primeira medida, por exemplo, fala em “limitação da propriedade privada”, e não em sua abolição imediata. A abolição completa se seguiria da limitação “mediante impostos progressivos, fortes impostos sobre heranças, supressão dos direitos hereditários em linha colateral (irmãos, sobrinhos, etc.), empréstimos obrigatórios, etc.”. A segunda medida proposta prevê “expropriação *gradual* dos proprietários fundiários, fabricantes, proprietários de ferrovias e armadores navais”. Na quarta medida, fala-se sobre o “emprego dos proletários nas terras, fábricas e oficinas nacionais [isto é, do Estado], o que eliminará a concorrência dos operários entre si e obrigará os fabricantes, *enquanto existirem*, a pagar salários tão elevados quanto os do Estado”. A quinta medida propõe: “Trabalho obrigatório para todos os membros da sociedade, *até a completa abolição da propriedade privada*” (IBIDEM, p. 101. – Grifos meus).

Engels conclui, ao fim da lista, que todas as medidas mencionadas não poderiam ser estabelecidas de uma vez só, mas que do implante de cada uma decorreria necessariamente a outra. Ao realizar o primeiro ataque contra a propriedade privada, o proletariado se veria obrigado a progredir neste caminho, concentrando “cada vez mais nas mãos do Estado todo o capital, toda a agricultura, toda a indústria, todos os transportes e todas as trocas”. Na mesma medida em que o Estado centralizasse mais os meios de produção, as forças produtivas seriam multiplicadas nesse período intermediário entre o capitalismo e o comunismo. O processo se findaria após “todo o capital, toda a produção e todas as trocas concentrarem-se nas mãos da nação”, resultando no desaparecimento da propriedade privada, na abundância de produção, na perda de necessidade da existência de dinheiro e na mudança do próprio modo de agir e pensar dos homens (IBIDEM, p. 102 e 103).

O desenvolvimento do capitalismo, em conjunto com a indústria, não era apenas a mola propulsora para criar um espírito revolucionário na massa oprimida, mas ainda a mola

propulsora para um estágio de superprodução de bens. Esse estágio era necessário para a superação da propriedade privada, pois garantiria a subsistência da sociedade. A luta em prol do desenvolvimento da indústria e da burguesia e, posteriormente, certa coexistência temporária com esta classe faziam parte dos planos comunistas para a destruição final do capitalismo (IBIDEM, p. 98 e 99).

1.2) A visão de Lênin

Martins Rodrigues e De Fiori distinguem duas fases principais no pensamento de Lênin, as quais correspondem, segundo eles, “a dois momentos da política econômica Bolchevique: a do ‘comunismo de guerra’, que se inicia em meados de 1918, [e] a da ‘Nova Política Econômica’ (NEP), começada em março de 1921” (RODRIGUES e FIORI, 2010, p. 2-3). A primeira fase seria, na verdade, um desvio das ideias originais de Lênin, imposta pelas circunstâncias da guerra civil russa. Tal como Marx e Engels, acreditava Lênin que a instauração do comunismo carecia de uma sociedade bem desenvolvida em sua indústria. A doutrina ortodoxa, como já vimos, entendia que este desenvolvimento ocorria na fase capitalista da sociedade, ampliando-se posteriormente no regime de transição entre capitalismo e comunismo. Entretanto, a realidade da Rússia não era de uma grande industrialização. Isso significava que os comunistas precisariam fazer o que a teoria previa que se faria antes.

Tal panorama tornava ainda mais necessário que o governo socialista operasse a transição para o comunismo de maneira gradual. A guerra civil, no entanto, fazia com que o partido de Lênin centralizasse a economia de maneira muito rápida e radical.

Este avanço rápido em direção ao “comunismo” não estivera nos planos iniciais dos Bolcheviques, que teriam preferido uma transição mais lenta, na qual um setor privado coexistiria ao lado do setor socialista. Porém, para utilizar as próprias palavras de Lênin, a burguesia teria respondido aos bolcheviques: “Nós não queremos a sua transição; nós não queremos o seu novo sistema”, e desencadeado a guerra civil. Com isso, o governo soviético fora obrigado a avançar mais rapidamente do que desejava em direção à completa estatização e gestão do sistema econômico. A política econômica aplicada resultou, de um lado, na liquidação da burguesia privada, através da ampliação do número de empresas estatizadas e, de outro, na eliminação de órgãos de administração operária, através da centralização das decisões, na eliminação dos conselhos de empresa através da nomeação direta de diretores de fábrica pelo governo (IBIDEM, p. 6-7).

É importante fazer uma distinção entre o gradualismo do qual Lênin se afastou durante o comunismo de guerra (e tornou a defender posteriormente, como veremos) e o gradualismo da socialdemocracia, a qual Lênin repudiava e considerava seus adeptos como oportunistas.

Para os socialdemocratas era possível alcançar o socialismo através de reformas graduais no interior do próprio capitalismo, dentro do Estado burguês. Lênin, por sua vez, rechaçava fortemente esta ideia, sustentando que se tratava de grave desvio ou deturpação dos princípios marxistas.

Em *O Estado e a Revolução*, Lênin afirma que Kautsky, um dos principais fundadores da socialdemocracia, deformava o marxismo de modo sutil. Segundo sua concepção, embora Kautsky não negasse que o Estado fosse uma ferramenta de dominação nas mãos de uma classe e que os interesses entre as classes dominantes e oprimidas sejam inconciliáveis (dois conceitos básicos do marxismo), omitia ou obscurecia a conclusão – um tanto lógica, para Lênin – de que a libertação da classe oprimida só seria “possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante”. Segundo Lênin, portanto, Kautsky havia desvirtuado o marxismo ao “esquecer” (Lênin, utiliza aspas em seu escrito, demonstrando entender o ato como intencional) esta conclusão (LENIN, 1917, p. 4).

Com isto, Lênin queria dizer que o Estado burguês não poderia ser reformado, mas necessitava ser destruído, dando lugar ao Estado proletário, o qual ele já não considerava propriamente um Estado pleno, mas um Estado a desfazer-se. Ele explica esta concepção em outro trecho da mesma obra, após citar uma longa passagem de Friedrich Engels:

Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, “por esse meio, abole o Estado como Estado”. [...] De fato, Engels fala da “abolição” do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e a “morte” do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não “morre”; é “aniquilado” pelo proletariado na revolução. O que morre 'depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado (IBIDEM, p. 10).

Fica claro, portanto, que não era o gradualismo socialdemocrata que Lênin defendia, feito no Estado burguês, mas o gradualismo no interior do Estado proletário ou socialista, rumo à sociedade comunista, quando, de fato, o Estado se extinguiria. As circunstâncias da guerra civil que levaram Lênin a abandonar esta concepção por três anos trariam consequências que ele reconheceria como negativas. Ele afirma em um documento que havia sido um erro “passar diretamente para a produção e distribuição comunistas”. Sua administração imaginara que através de um sistema de apropriação do excedente de alimentos, o Estado receberia abastecimento suficiente para a redistribuição. O sistema não obteve o êxito esperado, levando Lênin a concluir que a tentativa de ir diretamente para o comunismo trouxe uma derrota mais grave, no âmbito econômico, do que as derrotas nas frentes de guerra (LENIN, 1921, p. 62-63 apud RODRIGUES E FIORI, 2010, p. 9).

Em 1921 se iniciaria então a segunda fase do pensamento de Lenin, na qual ele retomaria suas ideias originais de gradualismo no Estado proletário e instauraria a Nova Política Econômica (que ficou conhecida como NEP). A NEP recuava um pouco para o capitalismo, permitindo a reativação do comércio privado, fazendo algumas concessões ao capital estrangeiro e permitindo o lucro. Nas palavras de Lênin:

A Nova Política Econômica significa substituir a requisição de alimentos por uma taxa; significa voltar ao capitalismo numa extensão considerável – numa extensão que nós não sabemos exatamente. As concessões aos capitalistas estrangeiros (de fato, apenas um pequeno número delas foi aceito, especialmente quando as comparamos com o número que oferecemos) e os arrendamentos de empresas aos capitalistas privados significam claramente a restauração do capitalismo, e isso é parte e parcela da Nova Política Econômica; a abolição do sistema de apropriação dos excedentes de alimentos significa permitir aos camponeses comerciar livremente os excedentes da produção agrícola e tudo o mais que for deixado depois que a taxa for coletada – e a taxa representa somente uma pequena parcela do que é produzido. Os camponeses constituem uma enorme seção de nossa população e de toda a economia. É por isso que o capitalismo deve crescer sobre este solo de livre comércio (IBIDEM).

A obra de Rodrigues e Fiori relaciona algumas outras falas de Lênin em que ele estimula o capitalismo nesta nova fase como parte da estratégia para desenvolver a economia e preencher a fase que havia sido “pulada” pelo movimento soviético. Numa delas Lênin explica que a NEP tentava

não *demolir* o velho sistema econômico-social – o comércio, a pequena economia, a pequena empresa, o capitalismo –, mas sim *reanimar* o comércio, a pequena empresa, o capitalismo, dominando-os com precaução e gradualmente submetendo-os a uma regulamentação estatal *somente na medida de sua reanimação*” (IBIDEM, p. 10).

Em outro trecho, escrito em 1922, Lênin enfatiza ser imprescindível arrumar as coisas de um modo a tornar possível o desenvolvimento corrente da economia capitalista e do intercâmbio capitalista, já que isso era essencial para assegurar a existência do povo e a continuidade da revolução (IBIDEM).

Lênin pretendia criar no interior da revolução proletária um tipo de capitalismo de Estado. Este sistema havia se tornado comum com o advento da Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de um capitalismo organizado e planejado pelo Estado que, para Lênin, servia aos interesses da burguesia. Em outras palavras, eram Estados de viés mais intervencionista, que interviam em prol da manutenção dos lucros burgueses. A intenção de Lênin era criar este mesmo capitalismo planejado, mas com a diferença de que o Estado o controlaria em prol da revolução (IBIDEM, p. 11-12). Sua visão deste sistema era favorável. Dizia que “a guerra, ao acelerar gigantescamente a transformação do capitalismo monopolista de Estado põe com isso

a humanidade extraordinariamente perto do socialismo” (IBIDEM, p. 12). Afirmava ainda que o socialismo era o primeiro que se seguia após o monopólio capitalista de Estado, o que ele entendia significar que o socialismo era o monopólio capitalista de Estado, porém “*aplicado em proveito de todo o povo* e que, por isso deixa de ser monopólio capitalista” (IBIDEM).

Neste capitalismo de Estado proposto por Lênin, havia quatro tipos de relação entre Estado proletário e o chamado capitalismo de Estado: concessão, cooperativa, comissão e arrendamento. Na concessão, o Estado concedia ao capitalista a liberdade de gerir seu negócio por tempo estabelecido em contrato e em observação a uma série de regulações estatais. A cooperativa englobava uma série de associações de pequenos produtores e camponeses. A comissão se tratava de um acordo entre comerciantes e o Estado, no qual os primeiros vendiam produtos do Estado, ganhando do mesmo uma porcentagem pelas vendas. No arrendamento, o Estado concedia um terreno, indústria ou bosque estatal para a burguesia por tempo determinado, segundo um tipo de contrato semelhante ao do sistema de concessão (IBIDEM, p. 13-15).

Rodrigues e Fiori salientam:

É importante ressaltar que em Lênin o termo “capitalismo de Estado” não parece significar empresas estatais, mas sim o que os alemães pensavam na época: capitalismo privado funcionando sob controle do Estado. A diferença com a Alemanha em Guerra era, como vimos, a natureza *política* do Estado (IBIDEM, p. 15).

Lênin reconhecia e enfatizava o fato de que o caso russo da revolução era único e, portanto, causava dificuldade de orientação. Conforme já abordamos na primeira parte deste capítulo, a teoria marxista ortodoxa previa que a revolução proletária iria ocorrer nos países em que o capitalismo estivesse mais avançado. No entanto, a única revolução que havia logrado êxito até aquele momento era a russa, onde o capitalismo ainda estava bastante atrasado em relação a muitas outras nações. Isso levou Lênin a expressar “nem Marx, nem os marxistas poderiam prever isso”. O proletariado havia conquistado, segundo Lênin, “o poder num dos países menos desenvolvidos do mundo” e, uma vez feito isso, procurou “organizar a produção e a distribuição em larga escala para o campesinato”. Então, descobriu “que não poderia fazer isso em razão do baixo padrão cultural”, devendo “buscar os serviços do capitalismo” (LENIN, 1922, p. 310-311 apud RODRIGUES e FIORI, 2010, p. 19). Era uma situação para a qual nenhum marxista havia se preparado.

Conquanto os marxistas entendessem, desde Marx, que haveria uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, não imaginavam, nem estavam preparados para fazerem nesta fase o que, pensavam, seria feito pelo próprio Estado burguês, antes da revolução. A breve coexistência com o capitalismo e o gradualismo da revolução, que eram esperados pelo movimento, tornaram-se mais amplos e complexos do que se previa originalmente.

Não obstante, essas mudanças nas previsões e, conseqüentemente, nas formas de se conduzir a revolução, eram vistas por Lênin como algo normal. Para ele, os marxistas precisavam acostumar-se a isso e reinventar suas ações a cada quebra de previsão, em prol da revolução. Criticando o que chamava de “doutrinarismo de esquerda”, Lênin ressaltava a importância dos comunistas não se prenderem a velhas formas de agir, mas estivessem abertos ao novo. O dever do comunista era dominar todas as formas de luta política, aceitando novas formas de ação, se desfazendo de formas antiquadas e adaptando táticas às mudanças de contextos (LENIN, 1920, p. 56).

Lênin possuía consciência de que a política exige estratégia, exige que se saiba jogar conforme o jogo, e que ignorar isso é fatal. Em um trecho de mesma obra, ele faz uma analogia dizendo que seria insensato e até criminoso um exército não se dispor “a conhecer e utilizar todos os tipos de armas, todos os meios e processos de luta que o inimigo possui ou pode possuir. Mas essa verdade é ainda mais aplicável à política que à arte militar”. Assim, sem esse domínio estratégico na política, o movimento poderia sofrer sérias derrotas. Como a vanguarda do movimento comunista, os membros do partido tinham a obrigação moral de saberem lutar politicamente (IBIDEM, p. 51-52).

Lênin faz uma distinção importante entre oportunismo e estratégia. Já vimos que o autor russo se opunha radicalmente às teorias da socialdemocracia, como as de Kautsky. No entanto, Lênin não descartava uma ação comunista que soubesse fazer uso de modos de ação presentes na democracia burguesa. Ele explica que revolucionários inexperientes costumam enxergar os meios legais de luta como oportunistas, já que a burguesia utiliza principalmente esses meios para, segundo ele, enganar os operários. Esse tipo de revolucionário, para Lênin, é péssimo para os propósitos da revolução, pois não sabe combinar formas ilegais de luta com todas as formas legais existentes. Pontua:

Não é difícil ser revolucionário quando a revolução já estourou e está em seu apogeu, [...]. É muitíssimo mais difícil - e muitíssimo mais meritório - saber ser revolucionário quando ainda não existem as condições para a luta direta, aberta, autenticamente de massas, autenticamente revolucionária; saber defender os

interesses da revolução (através da propaganda, da agitação e da organização) em instituições não revolucionárias e, muitas vezes, simplesmente reacionárias, numa situação não revolucionária, entre massas incapazes de compreender imediatamente a necessidade de um método revolucionário de ação; saber perceber, encontrar, determinar com exatidão o rumo concreto ou a modificação particular dos acontecimentos suscetíveis de levar as massas à grande luta revolucionária, verdadeira, final e decisiva é a principal missão do comunismo contemporâneo na Europa Ocidental e na América (IBIDEM, p. 52).

Em outros trechos, ainda na mesma obra, Lênin faz afirmações importantes para entendermos que rumos o marxismo tomaria nas décadas seguintes (o que veremos em mais detalhe na terceira parte deste capítulo). Criticando o purismo de alguns revolucionários, ressalta que a propaganda é muito importante para ganhar para o comunismo a vanguarda do proletariado e que, enquanto na fase de conquistar essa vanguarda, ela deve mesmo ocupar o primeiro lugar nas estratégias. Entretanto, ele pontua que quando a vanguarda já está ganha e o movimento agora precisa da ação prática das massas para a luta final contra a burguesia, a mera propaganda ou, como Lênin escolhe denominar, “a simples repetição das verdades do comunismo ‘puro’” não possui eficácia. Em sua visão, como a conta, nesta nova fase, é feita não mais aos milhares, mas aos milhões, um mero propagandista não tem o que fazer. Assim, o revolucionário deveria se perguntar se convenceu não só a vanguarda do proletariado, mas se toda a sociedade foi posta em movimento ao lado da vanguarda, “de modo que a batalha decisiva esteja completamente amadurecida [...]” (IBIDEM, p. 50).

O que isso significa é que não basta a propaganda. É preciso a luta estratégica em todos os campos, de modo a criar uma nova mentalidade em cada setor da sociedade. Lênin conclui o assunto mais à frente, mencionando as divergências entre os contextos políticos de cada nação e a necessidade de saber lidar adequadamente com cada uma delas, de modo a trazer benefício à revolução. Ele cita, inclusive, grupos políticos que eram temporariamente importantes para os comunistas, mas que, no momento certo, deveriam perder sua força.

É necessário unir a mais absoluta fidelidade às idéias comunistas à arte de admitir todos os compromissos práticos necessários, manobras, acordos, ziguezagues, retiradas, etc., para precipitar a ascensão ao Poder político dos Henderson (dos heróis da II Internacional, para não citar nomes desses representantes da democracia pequeno-burguesa que se chamam de socialistas) e seu malogro no mesmo; para acelerar seu fracasso inevitável na prática, o que educará as massas precisamente em nosso espírito e as orientará precisamente para o comunismo; para acelerar as rugas, as disputas, os conflitos e a separação total, inevitáveis entre os Henderson, os Lloyd George e os Churchill (entre os mencheviques e os social-revolucionários, os democratas constitucionalistas e os monárquicos; entre os Scheidemann, a burguesia, os partidários de Kapp, etc.) e para escolher acertadamente o momento de máxima dissensão entre todos esses “baluartes da sacrossanta propriedade privada”, a fim de esmagá-los por completo, mediante uma resoluta ofensiva do proletariado, e conquistar o Poder político (IBIDEM, p. 51).

Lênin, portanto, procurava manter-se fiel aos princípios comunistas, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade dos comunistas serem mais estrategistas e, até mesmo, pragmáticos. Tal concepção não nos parece uma ruptura no marxismo, mas um desenvolvimento do mesmo, baseado em princípios marxistas já existentes. Desta forma, o marxismo ortodoxo (ou original), conforme o entendemos aqui, não seria distinto do marxismo ocidental em essência, mas apenas em desenvolvimento. Lênin mesmo chega a elogiar alguns teóricos marxistas por terem ensinado sobre como a ideia de dialética, de Marx, abria possibilidade de mudanças nas formas de revolução, desde que não se afastando do fim último do comunismo (IBIDEM, p. 55).

1.3) A visão de Gramsci

Na obra “Considerações sobre o Marxismo Ocidental”, o historiador britânico Perry Anderson descreve o desenvolvimento do marxismo desde a tradição clássica até a sua nova fase, a qual chama de Marxismo Ocidental. A tradição ocidental tem sua origem a partir de uma confluência de circunstâncias dentre as quais se destacam: (1) a falha no “alastramento da revolução socialista para fora das fronteiras da Rússia, causa e consequência da sua degenerescência no interior dessas fronteiras” (ANDERSON, 1976 p. 58); (2) a burocratização progressiva da União Soviética (IBIDEM, p. 89 e 119); (3) a estalinização dos partidos comunistas pelo mundo (IBIDEM, p. 57); e (4) a construção de democracias estáveis nos países do bloco capitalista após a II Guerra Mundial (IBIDEM, p. 37). Javier Amadeo sintetiza:

Pode-se resumir, esquematicamente, o conjunto de características que definem o marxismo ocidental, da seguinte maneira. Nascido após do fracasso das revoluções proletárias nas zonas avançadas do capitalismo europeu depois da Revolução Russa, desenvolveu-se em uma crescente cisão entre teoria e prática política, que foi ampliada pela burocratização da URSS. Assim, o divórcio estrutural entre a teoria e a prática, inerente às condições políticas da época, impediu um trabalho político-intelectual unitário do tipo que definia o marxismo clássico. O resultado foi o traslado da produção teórica às universidades, longe da vida do proletariado, e um deslocamento da teoria da economia e da política à filosofia (AMADAEU, 2007, p. 6-7).

Esse desenvolvimento desencadeado pelas circunstâncias supracitadas levaram os novos autores marxistas a se debruçarem sobre temas que antes haviam sido pouco explorados pelo marxismo ortodoxo, e a tentarem responder aos novos questionamentos e desafios que se colocavam diante do movimento comunista. Assim, do marxismo cultural sairão as análises de Gramsci sobre hegemonia, as da Escola de Frankfurt sobre os desdobramentos da razão

instrumental, as de Marcuse sobre sexualidade, as de Althusser sobre ideologia, as de Sartre sobre a escassez e etc.; além de um interesse maior sobre o campo da cultura (IBIDEM, p. 6).

Dentre os primeiros autores dessa nova fase do marxismo, o que contribuiu com uma obra mais densa, ampla e influente para o futuro do comunismo foi, sem dúvida, o italiano Antônio Gramsci. Perry Anderson enfatiza que na tradição ocidental “só ele incorporou na sua pessoa uma unidade revolucionária da teoria e da prática, do tipo definido pela herança clássica” (ANDERSON, 1976, p. 60). Neste sentido, Gramsci se constituía uma ponte entre as duas fases do marxismo.

Ao analisar os principais conceitos que distinguem a tradição ocidental da precedente, Anderson afirma que “a noção que primeiro surge e mais se destaca é a noção de hegemonia de Gramsci” (IBIDEM, p. 103). Anderson faz um breve resumo do conceito:

Relembrando as análises de Maquiavel sobre a força e a fraude e invertendo-as tacitamente, Gramsci formulou o conceito de hegemonia para designar a força e a complexidade decididamente maiores da dominação burguesa de classe na Europa Ocidental, denominação essa que tinha obstado a qualquer repetição da Revolução de Outubro nas zonas de capitalismo avançado no continente. Definia-se este sistema de poder hegemônico pelo grau de consentimento obtido nas massas populares dominadas e por uma redução conseqüente do grau de coação necessário para as reprimir. Os mecanismos de controle que utilizava para assegurar este consentimento residem num complexo sistema ramificado de instituições culturais – escolas, igrejas, jornais, partidos, associações - que inculcam uma subordinação passiva às classes exploradas, por intermédio de um conjunto de ideologias elaboradas desde o passado histórico e transmitido por grupos intelectuais ao serviço da classe dominante (IBIDEM).

Nas palavras do próprio Gramsci, podemos ler:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Ou seja, cabia aos intelectuais dar em legitimidade ao sistema legal-jurídico no campo da cultura. Neste campo, prevaleceria não à força física, a coação estatal, mas a influência intelectual por meio da cultura. Esta seria a explicação para que a Revolução Comunista não tivesse logrado êxito nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas. A sua cultura estava tomada pelos legitimadores culturais do sistema. A hegemonia da cultura e do senso comum permanecia nas mãos do Estado burguês.

Gramsci continua explicando que os intelectuais são, portanto, “prepostos” da classe dominante para o desempenho de funções que o Estado não exerce diretamente, a saber: (1) a criação de um consenso “espontâneo” dado pela população aos ditames da classe dominante no que diz respeito à vida social e (2) a legitimação do “aparelho de coerção estatal”, cuja função seria assegurar, com uma aparência de legalidade, a disciplina daqueles grupos que não aceitam com o modo de agir requerido pela elite (IBIDEM, p. 22).

Desta forma, o Estado estaria sempre a postos para reprimir quando a disciplina dos grupos promovida pela hegemonia cultural falhasse. Para entender melhor essa cosmovisão formulada por Gramsci é importante expor a sua análise sobre cultura, religião, senso comum, bom senso e folclore. Em suas análises iniciais sobre o tema, o pensador italiano pontua que existe um preconceito muito comum de que a filosofia seria de difícil apreensão, já que se trataria de uma atividade intelectual desempenhada somente por cientistas especializados e filósofos profissionais. Gramsci se coloca contra essa concepção, afirmando a necessidade de demonstrar que, em certo sentido, todos os homens são filósofos. Existe, para o autor, uma filosofia espontânea, comum a todos, que se encontra na linguagem, “que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo”, no senso comum, no bom senso, na religião e, por conseguinte, “em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por ‘folclore’” (GRAMSCI, 1999, p. 93).

Gramsci começa a notar neste trecho que o modo como o povo agregava crenças e ideias em sua cultura deveria ser estudado. Isso porque os integrantes da sociedade possuíam seus próprios sistemas de pensamento, os quais definiam o modo como agiam e entendiam o mundo. Portanto, reconhecer que cada homem é uma espécie de filósofo daria a possibilidade de entender como as ideias populares poderiam possibilitar ou impedir a Revolução Comunista.

Ao traçar uma análise dessa “filosofia comum”, Gramsci sustenta que todos nós somos conformistas, no sentido de nos conformarmos com as ideias e cosmovisão de determinado grupo do qual fazemos parte. Somos o que ele chama de “homens-massa” ou “homens-coletivo”. Embora isso seja encarado por ele como natural, inevitável e não ruim em si mesmo, aponta para o seguinte problema:

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa,

nossa própria personalidade é compósita de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado (IBIDEM, p. 94).

A missão, portanto, dos revolucionários comunistas deveria ser a de modificar essas concepções de mundo desregradas, fazendo inculcar na filosofia comum as ideias convenientes ao partido comunista. Ele explica que criar essa nova cultura não se trata meramente de fazer novas descobertas, mas também, e principalmente, disseminar verdades já descobertas, transformando-as em bases sólidas de orientação intelectual e moral do povo. A instrução de uma multidão de homens em um pensamento coerente e unitário da realidade presente seria, segundo Gramsci, “um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais” (IBIDEM, p. 95-96). Fica clara a crítica de Gramsci à elitização da filosofia, a qual não tinha resultado prático na movimentação das massas populares.

Mas de que maneira se poderia dar cabo deste projeto? Gramsci explica que o senso comum do povo tinha um núcleo sadio e, de certa forma, profundo. Ele lança mão de uma expressão popular da época, “tomar as coisas com filosofia”, mostrando que seu significado era um convite popular à reflexão e à “superação das paixões bestiais e elementares numa concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente”. Assim Gramsci conclui que o senso comum não é de todo ruim, embora esteja repleto de ideias errôneas e fragmentárias. Ele diz:

Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e de opiniões (IBIDEM, p. 98).

Em outras palavras, não se deveria lutar contra o senso comum, mas modificá-lo aos poucos, buscando conservar o que fosse útil e traçando equivalências e paralelos entre a filosofia “científica” e a filosofia popular. Gramsci irá buscar um exemplo de ação nesse sentido na atividade da Igreja Católica. Como a Igreja Católica havia lidado com o problema de manter sua filosofia unitária entre os fieis. Uma vez que o senso comum se perfaz de ideias advindas de diversos lugares, como um movimento cultural, surgido de determinada ideologia, poderia “conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia” ? (IBIDEM, p. 99).

O pensador pretende, através de exemplos históricos, retirar lições de como os revolucionários poderiam agir. A análise de Gramsci é simples. Ele observa que as religiões e, sobretudo, a religião católica sempre se esforçaram e se esforçam “para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos inferiores”. Destacando o modo de ação da Igreja Católica, afirma que ela foi a mais firme no objetivo de impedir que duas religiões se formassem no seio da Igreja, a dos intelectuais e a das pessoas simples. Para ele, era visível “a capacidade organizativa do clero na esfera da cultura, bem como a relação abstratamente racional e justa que a Igreja, em seu âmbito, soube estabelecer entre intelectuais e pessoas simples”. O autor vai citar o exemplo dos jesuítas, em seguida, os quais foram, conforme sua visão, “os maiores artífices deste equilíbrio”. Para alcançar este resultado, eles “imprimiram à Igreja um movimento progressivo que tende a satisfazer parcialmente as exigências da ciência e da filosofia, mas com um ritmo tão lento e metódico que as modificações não são percebidas pela massa dos simples” (IBIDEM).

Gramsci irá explicar melhor e enfatizar, em seguida, essa gradualidade do processo e a relação entre os dois tipos de filosofia. Desta maneira, ele faz uma distinção prática entre filosofia e senso comum, sustentando que na chamada filosofia se sobressaem “características de elaboração individual do pensamento”, enquanto que no senso comum, se sobressaem as “características difusas e dispersas de um pensamento genérico”. O ponto alto da explicação do autor é quando ele afirma que toda a filosofia tende a se tornar senso comum de algum ambiente, o que é um processo, evidentemente, gradativo. Portanto, o desafio que se punha aos comunistas era o de elaborar entre as massas uma filosofia que se tornasse “um senso comum renovado”. E para isso ocorrer era necessário sentir “permanentemente, a exigência do contato cultural com os ‘simples’” (IBIDEM, p. 100-101).

No entanto, no processo de transformar o senso comum das massas, elevando-as crítica e intelectualmente, seria necessário também, inicialmente, uma vanguarda intelectual que pudesse orientá-las. Isso era o que tornava o processo mais complexo. Gramsci pontua que a autoconsciência das massas não poderia se formar sozinha, sem a criação de uma “elite de intelectuais”. A massa só se organizaria para moldar suas ideias por meio da existência de intelectuais, “isto é, organizadores e dirigentes”, “um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica”. Gramsci reconhecia que este processo “é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos”. Uma das razões para o fato é que o desenvolvimento do estrato dos intelectuais deveria ser análogo ao

desenvolvimento da massa dos simples. Ocorre que no processo é inevitável haver momentos, com bastante frequência, em que “se produz uma separação, uma perda de contato”, entre a massa e os intelectuais ou um grupo de intelectuais. Nesses momentos cria-se uma aparência de que a massa é um “acessório” e um ente subordinado aos intelectuais. O autor destaca ainda que nesse processo a fidelidade da massa às ideias providas pelos intelectuais é submetida à duras provas, e essa fidelidade, bem como a disciplina, são justamente os elementos iniciais que garantirão a adesão da massa e a sua colaboração na transformação cultural (IBIDEM, p. 104-105).

Gramsci comenta, a partir daí, sobre a importância dos partidos políticos na elaboração e difusão das concepções de mundo para as massas, resgatando um pouco do pensamento de Lênin de que o partido era a vanguarda do proletariado. No pensamento de Gramsci, o partido continuará tendo papel fundamental, mas ele desenvolverá melhor a relação deste com as massas. Mais à frente, tornando a analisar o modo de agir das religiões e da Igreja Católica, Gramsci sustenta que elas mantêm suas comunidades de fieis conservando organizada sua própria fé, repetindo incansavelmente sua apologética, usando frequentemente argumentos similares, mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestam à fé uma aparência de pensamento digno e cuidando do vínculo entre a elite intelectual e os leigos.

Disto se deduzem determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, a saber: 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época. Ademais, estas elites não podem constituir-se e desenvolver-se sem que, no seu interior, se verifique uma hierarquização de autoridade e de competência intelectual, que pode culminar em um grande filósofo individual, se este for capaz de reviver concretamente as exigências do conjunto da comunidade ideológica, de compreender que ela não pode ter a rapidez de movimento própria de um cérebro individual e, portanto, de conseguir elaborar formalmente a doutrina coletiva de maneira mais aderente e adequada aos modos de pensar do que um pensador coletivo (IBIDEM, p. 110).

Em outro ponto de sua obra, Gramsci faz uma anotação sobre uma série de artigos publicados na *Civiltà Cattolica*, a partir de Julho de 1930, intitulada “Sistemi filosofici e sette del Induismo”. Na série, jesuítas procuravam entender por quais razões faziam poucos prosélitos na Índia e apenas nas castas inferiores. Gramsci destaca, então, que os intelectuais indianos eram resistentes à propaganda católica e que o Papa dizia, por isso, que era “preciso trabalhar também entre eles, tanto mais porque as massas populares se converteriam se se convertessem núcleos intelectuais importantes”. Para Gramsci, o Papa conhecia muito bem “o

mecanismo de reforma cultural das massas popular-camponesas mais do que muitos elementos do laicismo de esquerda”. O Papa sabia que uma grande massa de pessoas não se converteria por si mesma, de modo independente. A Igreja deveria, portanto, guiar e acelerar o processo através da conquista dos dirigentes naturais dessas massas, os intelectuais, ou da formação de “grupos de intelectuais de novo tipo, motivo da criação de bispos indígenas”.

[...] por isso, é necessário conhecer exatamente o modo de pensar e a ideologia destes intelectuais para melhor entender sua organização de hegemonia cultural e moral, a fim de destruí-la ou assimilá-la. Estes estudos feitos pelos jesuítas, por isso, têm uma particular importância objetiva, na medida em que não são “abstratos” e acadêmicos, mas dirigidos para finalidades práticas concretas. Eles são muito úteis para conhecer as organizações de hegemonia cultural e moral nos grandes países asiáticos, como a China e a Índia (GRAMSCI, 2001, p. 157-158).

Como se pode ver, há toda uma preocupação de Antônio Gramsci com uma análise de formação da cultura e das estratégias das religiões (sobretudo do catolicismo) para manterem seus fieis e sua coesão ideológica, visando absorver estas estratégias para o movimento revolucionário e iniciar um processo de modificação da cultura pelo mesmo. Em outro trecho, Gramsci trata de combater alguns erros comuns no que se refere à difusão de uma nova cultura. Ressalta que a mera difusão de um modo de agir e pensar por um centro homogêneo não garante a aquisição de informações pelas pessoas de uma mesma maneira. Afirma ainda que a repetição de ideias que se quer inculcar, embora seja um princípio fundamental, não deve ser mecânica e obsessiva, mas buscar adaptação aos diferentes contextos (IBIDEM, p. 206). Na mesma linha de pensamento, Gramsci também vai combater o erro de que a cultura poderia ser modificada de maneira abrupta. Ele usa a expressão “explosões” e explica que não se deveria esperar esse tipo de efeito na modificação da cultura.

[...] as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas”, de acordo com “fórmulas de autoridade” variadíssimas e incontroláveis.

Para o autor, a ilusão de que a cultura poderia se modificar de modo explosivo nasce da ausência de espírito crítico. Procura expor isso através de uma analogia com os avanços tecnológicos na sociedade. Os métodos de tração não evoluíram diretamente das diligências puxadas por animais para os trens elétricos, mas evoluíram por meio de mudanças pequenas e combinações intermediárias. Ademais, Gramsci aponta que o que se torna ferro velho em uma região mais próspera, pode continuar a ser útil numa região mais afastada dos grandes centros urbanos. Assim, da mesma forma que na tecnologia os cenários não são modificados por meio de “explosões”, também a cultura obedece à mesma tendência. Gramsci ainda ressaltará, em

sua analogia, que na cultura “as ‘explosões’ são ainda menos frequentes e menos intensas do que na esfera da técnica, na qual uma inovação se difunde, pelo menos no plano mais elevado, com relativa rapidez e simultaneidade” (IBIDEM, p. 207).

Mais adiante, Antônio Gramsci dá exemplos práticos de publicações (na Itália e em outros países) que visaram moldar a cultura e o senso comum da massa através de sátiras à temas sagrados e críticas à costumes. Fazendo críticas positivas e negativas, ele conclui sobre elas que seu objetivo final é transformar a opinião média de um sociedade, “criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando e, em última instância, introduzindo ‘novos lugares comuns’”.

Ele afirma em seguida que se essas revistas forem escritas de modo estratégico, podem adquirir grande poder de difusão e influência. A estratégia é simples. A revista deveria ser escrita com alguma aparência de distanciamento para “não assumir tons de pregador”, sem desenvolverem um aspecto científico, nem moralizante, nem acadêmico, nem fanático, nem predominantemente partidário. Em suas palavras, elas deveriam apenas “colocar-se no próprio campo do ‘senso comum’, distanciando-se dele o suficiente para permitir o sorriso de burla, mas não de desprezo ou de altiva superioridade” (IBIDEM, p. 208).

Primando novamente pelo senso estratégico, Gramsci deixa claro que a cultura vigente não poderia ser atacada de modo brutal, mas o combate deveria ser mais sutil, de forma que houvesse aceitação popular. A ideia era não escandalizar ou chocar as pessoas. Elas deveriam criar simpatia e permitir que gotas de novas ideias fossem introduzidas na consciência da massa gradualmente. Como dirá mais à frente: “O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume” (IBIDEM, p. 209). O ataque gradual era essencial para os propósitos comunistas, portanto.

Ora, uma vez compreendidos estes conceitos de Gramsci, e sua investigação da formação da cultura e das lições das religiões para a estratégia revolucionária, podemos entender melhor o conceito principal de hegemonia. Num dos pontos de sua obra onde melhor se expressa sobre o conceito, Gramsci afirma:

A proposição contida na introdução à Crítica da economia política, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, é nesse campo que se deve

buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch [Lênin] à filosofia da práxis. Ilitch teria feito progredir efetivamente a filosofia como filosofia na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (GRAMSCI, 1999, p. 320).

Marcos Tadeu del Roio, doutor em Ciência Política pela USP e um dos autores da obra “Gramsci: a vitalidade de um pensamento”, afirma que, na concepção de Gramsci, o combate comunista deveria se voltar para a ocupação de espaços nos aparelhos de hegemonia do Estado burguês, intuindo desarticulá-los ou modificar sua natureza. No entanto, este seria um aspecto menor na chamada guerra de posição, já que o ponto-chave na estratégia gramscista seria a criação de outra sociedade civil, antagônica à burguesa, “que tenha por fundamento o espaço público e uma nova cultura capaz de compor uma nova hegemonia”. Essa nova sociedade civil faria frente constante à estrutura burguesa do Estado. Segundo Roio, é por essa razão “que Gramsci afirma que a hegemonia pode ser alcançada antes da tomada do poder político estatal”. Na guerra de posição, a sociedade civil antagônica passa a dirigir moral e intelectualmente a opinião pública, “estabelecendo uma operação de cerco a poder civil e repressivo do Estado”. A hegemonia se completa, no entanto, “com a tomada do poder e o estabelecimento de uma nova ditadura, já que hegemonia é direção moral e intelectual revestida de poder coercitivo contra as classes antagônicas” (AGGIO, 1998, p. 116).

Concluimos a exposição voltando a Perry Anderson. Comentando sobre como Antônio Gramsci se constituiu um pensador distinto e crucial para o desenvolvimento do marxismo ocidental, afirma:

A hegemonia dinâmica e flexível exercida pelo capital sobre o trabalho no Ocidente, através desta estrutura consensual estratificada, representou um obstáculo para o movimento socialista mais difícil de ultrapassar do que o que tinha encontrado na Rússia. As crises econômicas do gênero das que os marxistas anteriores consideravam ser a alavanca fundamental da revolução no capitalismo podiam ser contidas e atacadas por esta ordem política. Tal fato impediu todo e qualquer ataque frontal por parte do proletariado segundo os moldes russos. Seria necessária uma longa e difícil “guerra de posições” para a combater. Com este conjunto de concepções, isolado no seio dos teóricos ocidentais, Gramsci procurou descobrir diretamente uma explicação teórica para o impasse histórico fundamental que constituía a origem e a matriz do próprio marxismo ocidental (ANDERSON, 1976, p. 104).

A proposta deste capítulo de expor o desenvolvimento do marxismo partindo de Marx, passando por Lênin e chegando a Gramsci é crucial para a análise de como o gramscismo irá influenciar os jornalistas de esquerda do período do regime militar no Brasil. A exposição

oferece um encadeamento lógico dos três autores, sustentando a tese (defendida por muitos autores) de que não há oposição direta entre os mesmos, mas uma evolução do pensamento. Este panorama nos possibilitará averiguar de maneira mais ampla como os marxistas enxergavam a profissão jornalística no período estudado, quais foram as principais estratégias de ação no sentido político enquanto profissionais do jornalismo, de que forma o gramscismo se tornou uma corrente preferível a outras correntes marxistas, quais foram as tensões entre as diferentes matizes de pensamento, bem como as interações entre concepções distintas. Os próximos dois capítulos, assim, tratarão destas questões que, compõem, evidentemente, o âmago desta monografia.

CAPÍTULO 2: O PENSAMENTO DE GRAMSCI ENTRE OS JORNALISTAS BRASILEIROS

1.2) A popularização do gramscismo

A influência do pensamento de Gramsci sobre os jornalistas de esquerda durante o regime militar se inicia a partir da primeira tradução brasileira da obra *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, em 1968. As ideias do pensador italiano iriam se disseminar entre jornalistas de duas categorias: os do jornalismo alternativo e os do jornalismo convencional. Ambas se constituiriam, no decorrer do regime militar, importantes peças dentro da estratégia gramscista de ação político-cultural. Por uma questão de método, vamos começar as análises desse capítulo pela primeira categoria mencionada.

Traçando uma análise das concepções de estrutura no jornalismo alternativo do período militar, Bernardo Kucinski (autor de *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*), afirma que existia entre os jornalistas “uma forte inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional” (KUCINKI, 1991, p. 9). Kucinski continua:

Algumas plataformas programáticas, como as da *Informação*, dirigido por Adelmo Genro Filho, e o segundo *Amanhã*, liderado por Ricardo Maranhão e Chico de Oliveira, reproduziam literalmente as proposições de Gramsci sobre o papel dos intelectuais no processo de construção de uma hegemonia (IBIDEM).

Em outro trecho da obra, afirma:

A obra de Antônio Gramsci, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, traduzida por Carlos Nelson Coutinho, foi publicada pela editora Civilização Brasileira exatamente em 1968, tornando-se um manual entre intelectuais e jornalistas, apesar de seu caráter fragmentário (IBIDEM, p. 15).

Como as ideias de Antonio Gramsci se tornaram conhecidas e admiradas entre os jornalistas da época e de que forma isso foi possível durante o período do regime militar são questões sobre as quais devemos nos debruçar para compreender melhor o contexto do tema estudado.

Carlos Nelson Coutinho divide a divulgação de Antônio Gramsci no Brasil em dois grandes ciclos – o primeiro tendo se iniciado entre 1966 e 1968 mesmo, com as primeiras traduções do pensador, e o segundo, nos anos 1970 (sobretudo na segunda metade da década), quando a esquerda brasileira iniciou algumas mudanças em sua mentalidade e modo de ação política.

Para o autor, o primeiro ciclo não foi capaz de fazer as ideias de Gramsci alcançarem grande repercussão. Coutinho explica que no período em que as primeiras traduções foram publicadas grande parte da intelectualidade de esquerda radicalizava sua oposição ao regime militar “que, por sua vez, também se radicalizava”, o que colaborava para a manutenção de uma mentalidade desconfiada em relação às propostas gradualistas e aparentemente pouco combativas de Gramsci (COUTINHO, 2009, p. 39).

A desconfiança inicial de boa parte da intelectualidade em relação a Gramsci foi uma dificuldade experimentada também pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), não por razões diferentes. Desde 1958, o PCB havia solidificado uma posição gradualista e aliancista que, agora no contexto do regime militar, parecia a muitos como no mínimo frágil, para não dizer covarde ou oportunista. Este fato seria, aliás, um dos motivadores para a cisão interna do partido, em 1962, o que deu origem ao PCdoB.

Segundo Marco Antonio Roxo da Silva, doutor em Comunicação pela UFF, a visão do partido se baseava na tese do evolucionismo revolucionário (cujo conceito já abordamos no primeiro capítulo) e na concepção de que a economia brasileira vivia uma dualidade. O PCB, em outras palavras, enxergava como natural e inevitável o colapso do capitalismo e a consequente vitória do proletariado sobre a classe burguesa. O curso natural do desenvolvimento econômico, como Marx e Engels sustentavam, acarretaria este resultado.

Contudo, o partido também entendia que a realidade econômica brasileira se perfazia por uma mescla entre elementos feudais e burgueses, sendo ainda uma economia de transição para o capitalismo. Era necessário, portanto, ultrapassar esta etapa para dar início à revolução. Deste modo, o PCB se utilizaria da política de alianças com setores nacionalistas para desenvolver o setor industrial e o mercado. Tratava-se de um passo imprescindível na concretização do capitalismo nacional e na formação do proletariado. Ademais, o PCB defendia a democracia liberal por entender que ela era importante para “a mobilidade e liberdade de ação dos seus quadros” (ROXO, 2007, p. 185).

Roxo relembra ainda que a democracia era vista como um instrumento para a estratégia aliancista do PCB. E isso havia sido recorrente na história do partido. Ele menciona que desde sua fundação, em 1922, o partido fez alianças com tenentes na década de 1920, liberais na década de 1930, com o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Democrático Social na Aliança Libertadora Nacional, com trabalhistas nos anos 1940, com sindicatos oficiais na década de 1950 e com a oposição parlamentar do MDB durante o regime militar. As alianças

eram motivadas pelos alvos da nacionalização da economia e a consolidação da democracia, etapa importante para a revolução. O resultado visado era promoção de uma insurreição (via revolucionária) ou mudanças institucionais (via reformista) e o PCB, conforme explica Roxo, oscilou entre uma e outra durante sua trajetória (IBIDEM).

O autor pontua em seguida que o partido também “alternou momentos de isolamento e radicalização com outros em que procurou se inserir na dinâmica da sociedade civil. A lógica de inserção se consagrou com o Manifesto de 1958”. A consagração dessa lógica nos ajuda a entender mais adiante o importante papel gramsciano que o partido viria a ter anos mais tarde no jornalismo (IBIDEM).

A partir daí [1958] o PCB assumiu definitivamente a via pacífica do reformismo como eixo de luta e os membros do partido procuraram se inserir nos organismos da sociedade civil num tipo de estratégia chamada de infiltração. A ideia era ocupar “por dentro” as organizações da sociedade civil toleradas pelo regime militar e direcioná-las na formação da política aliancista. No caso do campo cultural, isto implicou no gradativo abandono pelos militantes de formas mais artesanais de arte como forma de educar as massas e a inserção dos mesmos na Indústria Cultural (IBIDEM, p. 186).

O tipo de pensamento consolidado pelo PCB neste período talvez tenha sido um dos fatores determinantes para que alguns de seus integrantes começassem a voltar seus olhos para as obras de Gramsci e, posteriormente, para as obras de outros autores do marxismo ocidental como Lukács, Goldmann, Schaff, Benjamin, Adorno, Marcuse e outros. Coutinho afirma que já no início dos anos 60 é possível encontrar algumas referências de jovens intelectuais do partido ao pensador italiano. O resultado dessa abertura para novos autores foi o fim do monopólio dos manuais soviéticos no partido (COUTINHO, 2009, p. 38).

Isso, sem dúvida, preparou o caminho para a absorção dos ideais gramscistas pelo PCB. Tal absorção, no entanto, não se demonstrou tão clara e explícita em sua terminologia e explicação. José Antonio Segatto, doutor em história econômica pela USP e um dos autores da obra “Gramsci: a vitalidade de um pensamento”, afirma que mesmo antes de a obra de Gramsci ser amplamente conhecida e difundida no Brasil, alguns elementos de suas ideias políticas já haviam chegado ao Brasil de modo indireto, reelaboradas pelo Partido Comunista Italiano (PCI) e por Palmiro Togliatti, secretário-geral do partido (AGGIO, 1998, p. 181). O autor afirma ainda que isso ocorreu durante a crise ideológica gerada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. A imprensa comunista começou a publicar textos e documentos do PCI e Togliatti, reformulando a linha de pensamento do PCB.

Segatto oferece bastante destaque a este fato, demonstrando que mesmo de maneira reciclada, as ideias de Gramsci já começam a ser conhecidas pelos brasileiros nessa época e

influenciam substancialmente o processo de renovação do PCB nos anos 1958-1960. O autor pontua que isso fica evidente em muitos documentos do partido nessa época, sobretudo na Declaração de Março de 1958 e nas Resoluções do V Congresso de 1960. Um dos exemplos de ideias gramscistas incorporadas é o conceito de hegemonia que, “embora empregado com muitas impropriedades, passa a fazer parte, definitivamente, do vocabulário pecebista”. A democracia também passa a ser vista como imprescindível na luta pelo socialismo e o Estado burguês deixa de ser visto como “um simples comitê executivo da classe dominante” e “impermeável à ação e aos interesses das classes dominadas”, mas “passível de transformação ainda nos marcos do regime vigente”, antes da promoção de uma revolução baseada na força. Segatto ainda sublinha que nestes primeiros documentos de transformação existe uma aproximação, ainda que primitiva, com a chamada estratégia da guerra de posições de Gramsci, que, segundo o autor, era indevidamente denominada pelo PCB como estratégia de “acumulação de forças” (IBIDEM, p. 182).

Segatto diz, mais adiante, que essa aproximação do PCB com ideias gramscistas se estende pelas décadas seguintes de maneira um pouco distorcida, porém evoluindo na absorção e refinamento de seus princípios originais a partir da década de 1970. O autor atesta que

[...] esta aproximação nunca foi tranquila, pelo contrário, sempre encontrou sérias resistências, estreitando-se em alguns momentos e afastando-se em outros; foi, além de tudo, muito parcial, restrita e cheia de ambiguidades. Os elementos da teoria política de Gramsci (e do PCI) aparecem, com frequência, mesclados ou subordinados aos “princípios” do marxismo-leninismo e às análises e cultura política terceiro-internacionalista (IBIDEM, p. 184).

Para Coutinho, este fator também colaborou bastante para que houvesse certa resistência ao gramscismo no fim dos anos 60. Ele explica:

Existia, na estratégia gradualista de luta contra a ditadura, proposta então pelo PCB, uma clara alusão ao conceito de “guerra de posição” gramsciano. Porém, na medida em que esta estratégia foi apresentada, não como parte de uma nova teoria da revolução no “Ocidente”, mas, sobretudo, como consequência de uma imagem do Brasil como país atrasado que deveria ainda realizar uma “revolução democrático-burguesa”, ela era entendida por grande parte da intelectualidade de esquerda como expressão de oportunismo e de capitulação política.

Foi então natural, que, ao jogar fora a água suja da bacia, tinha ido também a criança: a recusa dos modelos analíticos e estratégicos, formulados pelo PCB, trouxe não somente a condenação da sua tática, mas também um mal estar profundo, diante das propostas de renovação filosófico-cultural, iniciadas pelos seus intelectuais. As propostas gramscianas no plano intelectual eram identificadas com um comportamento fortemente nacionalista e “populista” (COUTINHO, 2009, p. 38).

O segundo ciclo de divulgação de Gramsci, conforme Coutinho, modifica este panorama. Neste período averigua-se um aprofundamento dos intelectuais de esquerda na

dimensão política da obra do autor, o que culmina, já na segunda metade da década, em um crescimento substancial de publicações inéditas e reedições de seus livros no Brasil. Duas razões são elencadas por Coutinho para explicar esse impulso a partir de meados dos anos 70. A primeira diz respeito ao início do processo de abertura política, que foi enfraquecendo o regime militar, produzindo maior liberdade na vida cultural. A segunda, que ele afirma ser a razão mais relevante, foi o fato de a esquerda brasileira adotar uma postura mais crítica em relação aos seus velhos modelos, tanto “aqueles ancorados na Terceira Internacional”, quanto “aqueles (maoista, castrista, trotskista) que defenderam e, em muitos casos, colocaram em prática a luta armada” (IBIDEM, p. 40).

2.2) Duas estratégias de infiltração

Aqui voltamos aos apontamentos de Bernardo Kucinski a respeito da influência do gramscismo especificamente no jornalismo alternativo. Para Kucinski, o papel do gramscismo nesses jornais era fundamental, pois orientava toda a forma de ação e de pensamento do veículo e de seus participantes. Ele diz que na intenção expressa, no conteúdo programático, nas plataformas de lançamento, no discurso formulado para alcançar apoio dos intelectuais, jornalistas independentes e da sociedade civil, os jornais alternativos se dedicavam a criar uma “consciência coletiva homogênea”, através da elaboração de um jornalismo integral, o que o autor afirma ser proposições “claramente gramscianas”. Como exemplo de publicação mais destacada nesse sentido, Kucinski cita o *Informação*, classificando-o como “um caso notável de influência gramsciana”. Continua dizendo:

Desde 1968 a obra de Gramsci vinha despertando interesse dos intelectuais. Com a derrota da luta armada houve uma corrida a Gramsci, o pensador que do cárcere, ou seja, também em situação de derrota física, estudou os problemas da ação política em condições adversas. Nenhum teórico influenciou tanto os intelectuais do início dos anos de 1970 quanto Gramsci (KUCINSKI, 1991, p. 68).

Ressalta-se nesse trecho a contribuição de Kucinski para compreendermos de que forma os primeiros anos da década de 1970 geraram um interesse e aprofundamento maior por Antonio Gramsci (o que resultou no impulso de suas publicações na segunda metade da década, conforme exposto por Coutinho). A derrota dos grupos armados de esquerda foi um dos fatores preponderantes para que intelectuais e jornalistas adeptos do marxismo se voltassem para o pensador italiano e descobrissem formas de atuação revolucionária pacíficas e mais estratégicas.

Ainda falando sobre a influência do pensador italiano sobre os jornalistas da época, Kucinski afirma que os estudos da práxis jornalística, os trabalhos acadêmicos de doutorado e

muitos artigos começam a adotar as teses de Gramsci como referencial teórico. Também a expressão “intelectual orgânico” torna-se um termo recorrente para “designar trabalhador intelectual ou pensador que se dispõe a contribuir para a formação de uma consciência política no interior da classe operária”. Para Kucinski, os jornalistas influenciados por Gramsci assumiram a missão gramscista de fazer um “jornalismo integral”, definido pelo pensador italiano como um jornalismo que ultrapassa a satisfação das necessidades aparentes do público ou do jornalista, tornando-se uma entidade “capaz de criar e desenvolver essas necessidades e ampliar seu público” (IBIDEM, p. 68).

Além do jornalismo alternativo, o pensamento de Gramsci influenciou também, como já dito no princípio desse capítulo, o jornalismo convencional. Tal fato se deu a partir da estratégia de infiltração iniciada pelo PCB. Com a dissidência no interior do partido, em 1962, que gerou o PCdoB, os dois Partidos Comunistas escolheram, cada qual, a sua tática favorita. Mônica Pereira Mourão, doutoranda em Comunicação pela UFF e autora de uma dissertação de mestrado sobre o PCdoB, expõe: “Enquanto militantes do PCB trabalharam em jornais da grande mídia [...], o PCdoB colaborou secretamente com jornais da chamada imprensa alternativa” (MOURÃO, 2009, p. 60).

No caso da estratégia de infiltração do PCB, levanta-se a questão de como o partido poderia manter a coesão e a homogeneidade ideológica de seus membros diante da convivência quase permanente dos mesmos no interior de estruturas ideologicamente diversas, diante de padrões inteiramente distintos de pensamento e ação. Roxo explica que, para contornar essa dificuldade, o PCB se guiou, na organização interna do partido, pelos preceitos do centralismo democrático, herdado do modelo leninista. Nesse modelo de estrutura interna, o militante era como um soldado, a direção do partido era como um comando, o partido como um exército e a Internacional Socialista como o Estado Maior. O modelo, centralizador e militarizado, “favorecia a manutenção da disciplina, da lealdade, da hierarquia e da ideologia dos seus quadros nas táticas e no interior das políticas e alianças”. Roxo explica ainda que tal estrutura organizativa impunha aos militantes comunistas “um forte espírito de abnegação pessoal”. Isso implicava que cada comunista infiltrado deveria ser um modelo não apenas de militante no partido, cumprindo todas as ordens com fidelidade, mas também na vida comum, no plano familiar, moral e profissional, a fim de não levantar suspeitas sobre suas atividades clandestinas (ROXO, 2007, p. 186). Explicada essa questão, Roxo se coloca a falar do sucesso da tática de infiltração do PCB nos grandes jornais no período do regime militar:

Com a tática de infiltração e a defesa de uma política de alianças, o PCB conseguiu inserir inúmeros quadros nos principais jornais conservadores do país nas décadas de 1960 e 1970. Isto pode ser constatado através de diversos relatos autobiográficos de ex-dirigentes de redações, confirmando o elevado grau de profissionalismo e disciplina dos comunistas, como o de Claudio Abramo.

Roxo cita as palavras de Abramo:

Ao longo de minha vida profissional descobri que os membros do Partido Comunista são as pessoas mais fáceis de lidar. São as mais disciplinados e os mais racionais na ação diária e no trabalho. Faz-se um trato e eles cumprem, não brincam em serviço e não procuram forçar nada. Em todos esses anos nunca encontrei dificuldades com os membros do PC, cujos militantes são de um comportamento exemplar do ponto de vista do jornal. Para o meu gosto acho até meio besta, mas para um jornal capitalista seu comportamento é exemplar (ABRAMO, 1988, p. 169, op. Cit. ROXO).

Podemos mencionar outros testemunhos como complemento. Em uma entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, incluída na obra *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*, Evandro Carlos de Andrade (que foi editor cheque do Jornal O Globo na década de 1970) conta:

Os comunistas do dr. Roberto, é. Nesse processo entraram comunistas no jornal, como o Milton Temer, ou ex-terroristas do gênero Franklin Martins, essa doce figura, que eu via lá na redação, mas com quem eu nunca falava, porque ele metia até medo, tinha um barbão danado. Trabalhava lá como frila. Havia realmente uma porção de esquerdistas, e o clássico era o Franklin de Oliveira, que era mantido pelo dr. Roberto desde antes de eu chegar. Quando quiseram demiti-lo, o dr. Roberto disse ao Juracy Magalhães, na época ministro da Justiça: “Dos meus comunistas eu cuido, na minha casa ninguém se mete”.

Mas um dia o dr. Roberto me chamou e disse: “Olha, estou recebendo muitas queixas de que a redação está cheia de comunistas”. Respondi: “Dr. Roberto, está mesmo. Agora, é o seguinte: prefiro trabalhar com comunista do que com udenista”. Ele: “Ah, por quê?”. Eu disse: “Porque comunista sabe o que pode fazer, não se mete a besta, é profissional, faz aquilo só e sabe que não pode ir além. Já udenista acha que está no poder e começa a fazer coisa que não pode”. Ele disse: “Você tem toda a razão”. E o problema comunista acabou ali (ABREU, 2003, p. 35).

Ainda na obra *Eles mudaram a imprensa*, há outras cinco entrevistas com jornalistas que foram influentes no período do regime militar como diretores de redação em grandes jornais/revistas. Todos eles assumem que eram de esquerda. Mino Carta diz ser um “intelectual orgânico” (conceito de Gramsci) e referindo-se a Claudio Abramo, afirma: “Nossas ideias não batiam exatamente, mas acho que ele tinha uma visão do jornalismo muito próxima da que eu tenho. Politicamente, Cláudio era um trotskista, e eu sou um gramsciano” (IBIDEM, p. 211).

Roberto Muller Filho revela que fora do Partido Comunista e concorda que era muito grande o número de jornalistas que passaram pelo PC à época (IBIDEM, p. 221). Ele conta que na Gazeta Mercantil tinha toda a liberdade do dono, Hebert Levy, um udenista (e depois seu filho, Luiz Fernando) para contratar os jornalistas que quisesse, independente de ideologia.

“Não importava a ideologia, desde que nós não passássemos isso para o jornal” (IBIDEM, p. 229). Em outro ponto da entrevista, Muller afirma que o modelo criado por ele jornalismo econômico na *Gazeta*

resultou um pouco da intuição, mas também da ajuda das pessoas, daquela fertilização cruzada, daquela possibilidade que o dr. Hebert e seu filho me deram de contratar os melhores jornalistas, os comunistas que estavam à margem da profissão e que assim participaram de uma estranha combinação entre UDN e Partido Comunista (IBIDEM, p. 236).

Neste trecho, o entrevistador ressalta que não foi só Hebert Levy que apostou nessa estranha combinação, ao que Muller responde: “Não, o dr. Roberto também fez, o dr. Júlio também fez” (IBIDEM).

Augusto Nunes diz que pelo fim da década de 1960 ele era “ligado a um movimento chamado Dissidência, criado por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, o Partidão”. Era uma marxista-leninista e chegou a participar de algumas ações armadas, segundo conta, mas que nunca levou fé que essas ações dariam certo. “Não precisava ser profeta para apostar nisso” (IBIDEM, p. 296).

Otavio Frias Filho, falando sobre a oposição que sofreu ao assumir a direção da *Folha de São Paulo* em 1984 (no lugar de Claudio Abramo), comenta que quem mais se opunha a ele era “um pessoal petista, como forte ligação com o Sindicato de Jornalistas de São Paulo”. Ele continua, expondo:

Para mim, era muito difícil essa situação, porque, de um lado, eu era filho de um dos patrões; de outro, até muito recentemente, na época, eu era uma pessoa com ideias de esquerda, tinha militando no movimento estudantil, tinha feito passeatas. Era uma situação muito esquizofrênica (IBIDEM, p. 361).

A opinião de Otavio sobre Claudio Abramo e o período em que dirigiu a *Folha* é bastante favorável. Suas palavras sobre o jornalista revelam ainda como funcionava a entrada de jornalistas de esquerda no jornal:

Claudio Abramo, que era um excelente jornalista, uma pessoa de uma cultura humanística muito grande, e um homem de esquerda, com origem no trotskismo – a família toda tinha tradição de esquerda, eram anarquistas e trotskistas –, apesar de ser muito profissional, do ponto de vista de saber que estava dirigindo um jornal burguês numa sociedade capitalista, passou então a introduzir uma série de reformas de cunho não esquerdizante, mas politizante, que, ao mesmo tempo, abriram uma grande possibilidade de participação no jornal de pessoas e movimentos de esquerda. Para citar um exemplo, em 1976 ele fez uma grande reforma gráfica, que mudou bastante o aspecto plástico, visual da *Folha*. Meu pai tinha uma preocupação, que tem até hoje, com a pluralidade de pontos de vista, e um pouco sob inspiração dele, no meio dessa reforma, o Cláudio projetou a seção “Tendências em debate”, que na época foi considerada muito interessante, pela pluralidade radical das colaborações que abrigava (IBIDEM, p. 335).

A entrevista de Milton Temer concedida à Mônica Mourão se coaduna com as já mencionadas. O jornalista comunista que trabalhou no período do regime militar em alguns jornais alternativos e outros convencionais afirma:

Primeiro, nessa época, diferentemente de hoje, digamos assim, os pró-capitalistas na mídia se escondiam, tinham vergonha. A reportagem, os jornais eram quase todos de esquerda. Todo mundo era antiditadura e de esquerda. Porque quem não fosse de esquerda estava com a ditadura (MOURÃO, 2013, p. 6).

Evidentemente, esta é uma descrição hiperbólica feita por Temer. A oposição ao regime militar, parcial ou total, não se deu apenas por pessoas ligadas à esquerda, mas também por quem não tinha posição política definida, por liberais econômicos e por conservadores que se opuseram aos rumos mais autoritários que o regime tomou.

Dentre os liberais econômicos e conservadores políticos que se opuseram ao regime, destacaram-se nomes como o do médico, jornalista, professor e político Raul Pilla, autor da emenda parlamentarista em 1961, que possibilitou a posse do presidente Jango; do engenheiro e empresário Henry Maksoud, que comprou a Revista Visão em 1974; do jornalista e político Carlos Lacerda, que se tornou se desiluiu com o regime e se tornou seu opositor em 1966 (inclusive criando a Frente Ampla, ao lado de Juscelino Kubitschek e João Goulart); do político Pedro Aleixo, que se opôs à edição do AI-5 em 1968, desligou-se do ARENA (partido do regime) em 1970 e procurou fundar o Partido Democrático Republicano, embora sem êxito; do jurista e político Paulo Brossard, que foi membro do Partido Libertador (antes de sua extinção com o AI-2); do político Milton Campos, que demitiu-se do cargo de Ministro da Justiça e Negócios no governo Castello Branco por discordar da promulgação do AI-2; e do militar e político Renato Archer, que também se desiluiu com o regime, filiou-se ao MDB e ajudou a fundar a Frente Ampla. Estes são alguns exemplos mais conhecidos.

O historiador Flamarion Maués, na obra *“Livros contra a Ditadura: Editoras de Oposição no Brasil, 1974-1984”*, que faz um estudo sobre as editoras que se colocaram contra o regime militar, ressalta, logo no início de seu livro:

Cabe lembrar que assim como a oposição ao regime civil-militar agregou diversos setores políticos e ideológicos, como liberais, nacionalistas, dissidentes do governo, comunistas, socialistas, etc., também as editoras de oposição tiveram perfil eclético. Assim, editora de oposição não é necessariamente sinônimo de editora de esquerda, embora aquelas vinculadas às diversas tendências de esquerda formem a maior parte deste universo (MAUÉS, 2013, p. 27).

Então, voltando à alegação de Milton Temer, é um exagero a afirmação de que todos eram de esquerda. No entanto, é fato que a maioria dos opositoristas acabou por se identificar com posições mais progressistas. E isso foi especialmente verdadeiro no meio

jornalístico. Ou seja, a caricatura feita por Temer tem conexão com a realidade. Temer dirá em outro trecho da entrevista que muitos editores eram de esquerda. Ele menciona exemplos como Milton Coelho da Graça, que foi diretor de O Globo e Frei Beto, que foi redator da revista Realidade. A revista Realidade, segundo Temer, tinha uma cúpula toda formada por pessoas de esquerda. E “a seção de economia d’O Globo foi toda dar depoimento na Polícia Federal. Toda! Toda era célula do Partido Comunista. Eram... variava entre comunistas e APs e Polops, etc. Todo mundo era. Quem era de direita tinha vergonha”. Na visão do jornalista, ser de direita ou ser apolítico, à época, era visto com desconfiança, como um potencial agente do SNI (Sistema Nacional de Informação), o que fazia todos evitarem maior aproximação com o indivíduo (MOURÃO, 2013, p. 7).

Esses depoimentos, portanto, nos dão um amplo panorama de como foi comum à existência de jornalistas de esquerda, de variadas matizes, nas redações de jornais convencionais à época do regime militar. Roxo, a partir desse panorama, procura responder a alguns questionamentos pertinentes que dele emergem como: o que teria levado jornalistas de esquerda a trabalharem nesses jornais, cujos donos eram conservadores? E por quais razões esses proprietários teriam aceitado jornalistas de esquerda e até comunistas? No artigo *Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo americano no Brasil*, escrito juntamente com Afonso de Albuquerque (também doutor em Comunicação pela UFF), Marco Antonio Roxo sustenta que “ao admitir membros de organizações de esquerda – especialmente do PCB – os jornais obtiveram três tipos de benefícios: jornalistas preparados, disciplina no trabalho e lealdade política” (ROXO E ALBUQUERQUE, 2007, p. 12).

Os dois autores explicam cada um dos benefícios citados. No que dizia respeito à jornalistas preparados, o PCB, por exemplo, possuía uma infraestrutura considerável de comunicações, incluindo aí muitos jornais. Isso, com muita probabilidade, funcionava como uma escola para muitos jornalistas. Ademais, uma vez que o PCB havia escolhido a arena cultural como o principal campo de batalha do partido, dedicou relevante esforço na preparação de seus ativistas. Roxo e Albuquerque citam o caso de Ancelmo Gois como exemplo. Tendo nascido em uma família pobre, recebeu educação deficitária. Na adolescência, passou a fazer parte do PCB e do movimento estudantil de Aracajú. Foi perseguido sob a acusação de subversão e fugiu para o estado do Rio de Janeiro. Uma vez no Rio, o PCB o enviou para Moscou, a fim de cursar “A Escola Preparatória para Jovens Ativistas”. Ao voltar

para o Brasil, Ancelmo finalizou o curso universitário de jornalismo, também com apoio do partido (IBIDEM, p. 12-13).

Monica Mourão, no artigo *Modernização, jornalismo e comunismo no Brasil* ressalta que a interpretação pcbista sobre a necessidade de desenvolvimento do capitalismo brasileiro acabava por fortalecer uma mentalidade interna de busca por modernização e preparo. Assim, tornaram-se profissionais de qualidade, engajados e centrados, o que os tornou, no período estudado, uma mão de obra conveniente para os donos dos jornais conservadores. Mourão afirma:

A presença de jornalistas comunistas nas redações pode ser compreendida a partir da promoção de algumas “competências” pelo partido, bem adequadas ao “espírito modernizante” que inspirava o jornalismo, ao mesmo tempo em que se desenvolvia certa padronização da produção de informação que, por meio da alienação do trabalho intelectual, tende a esterilizar os determinantes mais “radicais” da práxis desses indivíduos. O espírito modernizador – espécie de reorganização das práticas sociais referenciada em uma razão-voltada-para-fins e com lastro em um imperativo industrializante – colaboraria para a formação ou o reforço de um certo “ethos comunista”, promotor da colaboração de classe, interessado na conclusão da etapa da “revolução” burguesa e, conseqüentemente, do fortalecimento da burguesia nacional através do desenvolvimento nacional da industrialização (MOURÃO, 2009, p. 10).

Roxo e Albuquerque continuam, afirmando que a disciplina sempre foi um valor importante na história do movimento comunista. Marx e Engels a enfatizavam bastante, observando que o rígido controle disciplinar que os donos das fábricas impunham aos trabalhadores formava no proletariado um espírito militar que um dia seria usado na luta contra os próprios patrões. Lênin também havia dado grande importância à ordem disciplinar, em suas teses de que o Partido Comunista deveria ser a vanguarda do movimento, sendo capaz de guiá-lo e coordená-lo.

Não é surpreendente, então, que os jornalistas membros do PCB tivessem suas próprias razões para favorecer a disciplina nas salas de redação. Por outro lado, dada a centralidade da arena política para o PCB, sua estratégia aliancista e sua situação de clandestinidade, não havia qualquer interesse em converter esta disciplina em uma arma subversiva contra os donos dos jornais, ao menos em um curto prazo (ROXO E ALBUQUERQUE, 2007, p. 13-14).

Em consonância com o exposto, Mourão sustenta que “Sob esse ponto de vista”, para os proprietários dos grandes jornais, “ter nas redações jornalistas com boa formação político-cultural e noção de respeito a regras e hierarquia era algo necessário para a concretização do processo modernizador”. A autora sustenta ainda que há uma aproximação entre esse processo modernizador do jornalismo brasileiro e a trajetória dos comunistas no país. Uma vez que o PCB acreditava na ideia de desenvolvimento do capitalismo como etapa fundamental para a formação do proletariado, não era contraditório, para o partido, colaborar estrategicamente

com a consolidação da burguesia nacional. Assim, o PCB formava quadros intelectuais que também estavam engajados numa luta pela realização do capitalismo nacional. O jornalismo como empreendimento industrial, portanto, deve ser observado dentro desse contexto mais amplo de apoio estratégico dos comunistas (MOURÃO, 2009, p. 10-11).

Percebemos, então, que os proprietários de jornais à época do regime militar não estavam preocupados, em geral, com a ideologia seguida pelo jornalista, mas com a sua qualidade. Os jornais, como empresas, buscavam, dentro de um contexto de modernização do jornalismo, profissionais leais e que tivessem um compromisso com o espírito modernizante mencionado. E os jornalistas comunistas, sobretudo os formados pelo PCB, possuíam o perfil desejado, instigando confiança.

Por outro lado (e aqui nos voltamos para o primeiro questionamento levantado há pouco), os jornalistas comunistas tinham seus próprios objetivos em aceitar fazer parte dessas instituições. Como já observado anteriormente, o PCB, com sua política aliancista e etapista, somada a um crescente interesse de seus intelectuais pelos ideais de Gramsci, utilizava-se da estratégia de infiltração para acelerar o desenvolvimento do capitalismo e ganhar espaços importantes na sociedade, o que seria essencial para cooptar setores pelo movimento comunista.

A influência de Antônio Gramsci em todo esse processo, no entanto, não pode ser bem compreendida senão dentro de um quadro maior, no qual consideramos ainda outras nuances. Vimos até o momento o quadro básico: o gramscismo teve forte apelo no jornalismo alternativo, composto por publicações pequenas e abertamente comunistas, e no jornalismo convencional, pela infiltração de jornalistas (sobretudo do PCB) nas redações. Fica faltando considerar aspectos importantes como: (1) de que forma se dava a interação entre as diferentes matizes do comunismo com o gramscismo no âmbito do jornalismo; (2) até que ponto o gramscismo se sobrepôs às demais matizes no que tange à influência sobre os quadros jornalísticos; (3) até que ponto o gramscismo influenciou inconscientemente os jornalistas de esquerda e comunistas; e (4) o que exatamente o gramscismo, como estratégia política, pretendia alcançar através de suas estratégias.

Tais aspectos a serem considerados permitirão observar a influência de Gramsci no jornalismo do período militar de maneira mais próxima da realidade, sem ignorar as tensões entre as diversas estratégias comunistas, as interpretações distintas, a miscelânea entre as várias concepções, o desenvolvimento do marxismo brasileiro à luz do contexto específico do

Brasil, os objetivos almejados pelo gramscismo dentro desse contexto, os pontos de vista de grandes atores do processo jornalístico e etc. Com este quadro mais completo, será possível, não apenas ser mais científico, mas compreender melhor que tipo de herança o gramscismo deixou para o jornalismo brasileiro e quais perspectivas se colocam a partir do fim do regime militar. O próximo capítulo se ocupará dessas questões e dará uma maior coesão ao trabalho.

CAPÍTULO 3: TENSÕES E INTERAÇÕES DO (E NO) GRAMSCISMO

3.1) Gramsci x Lênin

Temos defendido neste trabalho monográfico que as concepções de Lênin e de Gramsci não são contraditórias, mas sim que a segunda se constitui um complemento e um desenvolvimento da primeira. Mourão comenta em sua dissertação que:

Lênin e Gramsci costumam a ser considerados autores com concepções opostas. Enquanto Lênin estava preocupado com a tomada do poder, Gramsci acreditava que a revolução deveria ser gradual. Contudo, segundo Gruppi (1978), as perspectivas deles não se opõem. O conceito de hegemonia em Gramsci, por exemplo, embora com diferenças e especificidades, pode ser relacionado com a teoria e a prática de Gramsci.

Segundo Gruppi (1978), a Revolução Russa seria uma prova de que nem tudo pode ser reduzido às relações econômicas; do contrário, não haveria espaço para a iniciativa política. Deriva daí a importância dada a Lênin por Gramsci – e o que este considera a contribuição leninista quanto à questão da hegemonia. Na Rússia, a revolução democrático-burguesa se deu sob a hegemonia da classe operária, o que significa que a construção da hegemonia pode acontecer no plano superestrutural antes de se desenvolver plenamente no estrutural. É a prova do deslocamento possível da hegemonia do plano econômico, mostrada na prática por Lênin, pensador e político (MOURÃO, 2009, p. 109 e 110).

Mourão continua explicando que tanto Lênin como Gramsci concordam no que tange à crítica ao materialismo vulgar – a interpretação que encara todo o processo de conquista do socialismo como uma sucessão de fatos. Para ambos, a iniciativa política tinha grande influência no processo. Entretanto, isso não implica dizer que não existem distinções entre o pensamento de Lênin e Gramsci. E a análise dessas distinções é fundamental para que se sublinhe um pouco da tensão que elas causaram no âmbito do jornalismo (à época do regime militar). Sobre essa tensão no jornalismo alternativo de esquerda, por exemplo, Kucinski pontua:

O organismo deliberativo dos jornais era em geral estabelecido segundo o princípio da frente jornalística, reunindo jornalistas, intelectuais e ativistas de vários partidos clandestinos em torno de uma plataforma comum. Mas na cultura política de cada partido ainda predominava a concepção leninista que entendia o jornal como instrumento de partido. E cada grupo procurava ganhar posições na frente jornalística, para fazer dele o seu instrumento de poder, mesmo ao atropelo dos mecanismos pré-estabelecidos. Era como se houvesse um consciente gramsciano, expresso nos programas e estatutos, compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo (KUCINSKI, 1991, p. 9).

A concepção leninista de partido como vanguarda do movimento revolucionário e a já mencionada estrutura de organização interna rígida, hierarquizada e militarizada, gerava essa dificuldade de entender os jornais como entidades autônomas, embora leais aos ideais

revolucionários. Já a concepção gramsciana era mais aberta nesse sentido, o que acabava resultando em certas tensões entre as duas concepções. Kucinski afirma em outro ponto de sua obra que embora Gramsci também trabalhasse com os conceitos de partido e vanguarda, não subordinava o jornal ao partido. Sua concepção de jornalismo integral não comportava um modelo de organização leninista estrito, na qual o jornal seria apenas uma “mera correia de transmissão de um partido ou de um comitê central”. O jornal, na visão gramscista, conquanto fosse uma ferramenta essencial para os propósitos do partido, deveria gozar de autonomia, sendo “uma entidade em si mesma, geradora do seu próprio conhecimento, e portadora de uma ética específica” (IBIDEM, p. 68-69).

A tensão entre essas concepções de Gramsci e o leninismo mais estrito é apontada por Kucinski, inclusive, como uma das possíveis causas para enfraquecimento do jornalismo alternativo no fim dos anos 70. “A não-valorização do respeito mútuo, do direito de divergir, a incapacidade de operar novas propostas participativas que surgiram nos jornais basistas, em especial após 1976, contribuíram para fragilizar os jornais alternativos” (IBIDEM, p. 14). Havia, portanto, um ranço do velho autoritarismo na concepção leninista de jornal, o que o tempo foi mostrando ser prejudicial à própria estruturação interna da esquerda. Taticamente não era um bom negócio. E taticamente fugia até mesmo às noções de estratégia que o próprio Lênin possuía, conforme vimos no primeiro capítulo – algo que Lênin muito possivelmente não poderia prever em sua época.

Segundo Coutinho, essa tensão entre gramscismo e leninismo também ocorreria no âmbito maior do próprio PCB. Ele afirma que:

[...] os conflitos entre os gramscianos, até então definidos como “euro-comunistas”, e a direção do PCB se fizeram sentir muito cedo. Os anos sucessivos - marcados pelo fim da longa transição da ditadura a democracia no nosso país - demonstraram que neste conflito entre os “gramscianos” e o PCB, este último foi o verdadeiro derrotado: enquanto a influência do velho partido era cada vez mais em declínio, tanto nos movimentos sociais quanto entre os intelectuais, o pensamento de Gramsci e a nova teoria do Socialismo ligada ao seu nome, passavam a ser finalmente bastante difundidos, obtendo numerosos consensos em amplos setores políticos e culturais (COUTINHO, 2009, p. 40).

Coutinho continua afirmando que a difusão do gramscismo superou os limites da política, manifestando-se dentro das universidades, o que, evidentemente, implica um espalhamento de suas ideias e modo de ação pela academia e daí para fora. Ademais, ressalta que o gramscismo brasileiro, como proposta declaradamente política, “começou a expandir-se em diversos setores da esquerda”, tornando-se pela primeira vez, no Brasil, sustentada “por

personalidades, partidos e movimentos sociais situados fora do PCB”. A fundação do Partido dos Trabalhadores, o PT, em 1980, é entendida por Coutinho como um marco nesse sentido, talvez por este partido, desde o início, absorver boa parte da esquerda brasileira (IBIDEM).

Neste pano de fundo de certa tensão entre gramscismo e leninismo – no aspecto do autoritarismo organizacional e do avanço do gramscismo entre os intelectuais –, o leninismo acaba por ser sufocado a partir das primeiras mobilizações pró-PT, dando lugar de vez ao desenvolvimento do gramscismo. É como se uma fase do marxismo tivesse finalmente dado lugar à outra. Kucinski pontua que é a partir do movimento pró-PT, em 1979, que a dualidade entre vanguarda e massa se desfaz. A supremacia do dogma, do pensamento leninista estrito, é superada. O autor enfatiza que o novo partido “reunia católicos, comunistas, socialistas e sindicalistas pragmáticos” e “negava a própria necessidade de haver uma doutrina”. Com a existência do PT e o seu fortalecimento no cenário político e cultural, foram sendo implodidos todos os partidos e agrupamentos leninistas, incluindo o PCdoB tal como era à época, o que também levou à implosão aos jornais alternativos com traços leninistas que apoiados pelo mesmo (KUCINSKI, 1991, p. 14).

Entretanto a história das ideias não é construída de maneira linear, ideal e livre de tensões, contradições, misturas, intervenções e distorções. José Antonio Segatto, ao comentar sobre o boom gramsciano no Brasil a partir de 1975, afirma:

Incorporada das mais diversas formas, as formulações de Gramsci são ora mescladas com as proposições de Lenin e Lukács (partido de novo tipo, prussianismo); ora com teses de dirigentes do PCI, como Palmeiro Togliatti (democracia progressiva), Enrico Berlinguer (democracia como valor universal, eurocomunismo), Pietro Ingrao (democracia de massas) etc.; ora com concepções liberais e/ou com a sociologia e a ciência política funcionalista; e ainda, e até mesmo, misturada com o cristianismo de esquerda, valorizando o espontaneísmo etc. (AGGIO, 1998, p. 180).

Em outro trecho, ressalta que frequentemente as ideias políticas de Gramsci aparecem, no período, misturadas ou mesmo subordinadas a elementos do marxismo-leninismo e às análises e pensamento da Terceira Internacional. Segatto destaca como exemplo o fato de suas estratégias ainda contarem com uma imagem do Brasil economicamente atrasado para uma revolução proletária, numa fase ainda semifeudal e semicolonial, necessitando assim cumprir a etapa da revolução democrático-burguesa (IBIDEM, p. 184).

Segatto, no entanto, ressalta em seguida que, apesar dos usos indevidos e abusos que existiram das ideias de Gramsci no período mencionado, elas tiveram um papel relevante tanto no período como posteriormente para renovar o pensamento e a prática da esquerda

brasileira. Em consonância com Coutinho, conforme já vimos no capítulo 2 deste trabalho, afirma que, influenciados por Gramsci, muitos setores da esquerda deixaram de lado as regras rígidas do marxismo-leninismo e a dogmática stalinista/trotskista/maoísta. O gramscismo, portanto, tornou-se “um elemento desintoxicador e revitalizador, ao colocar novas questões, categorias, noções, análises no horizonte teórico-político”. Deste modo, em lugar de velhas formas de encarar a revolução, a esquerda passaria a discutir os movimentos revolucionários à luz de novos conceitos como hegemonia, sociedade civil, revolução passiva, bloco histórico, Estado ampliado, socialização da política, democracia etc. (IBIDEM, p. 180-181).

O autor sustenta, ao terminar sua reflexão, que o boom gramscista duraria pouco, pois em meados dos anos 80 seu espaço seria substituído por outros autores como, por exemplo, Norberto Bobbio. Por outro lado, ele afirma, “nem todas as correntes de pensamento e políticas desfizeram-se delas [as proposições de Gramsci], algumas as incorporaram de forma permanente” (IBIDEM, p. 177).

Permitimo-nos discordar um pouco de Segatto, entendendo que o gramscismo permaneceria bem vivo após meados da década de 1980, porém em confluência com outras ideias e adequando-se ao contexto brasileiro. Em outras palavras, a tendência de interações entre ideias de diferentes matizes, conforme o próprio Segatto pontua ter existido no caso do gramscismo, permaneceria existindo. Aliás, o autor chega a afirmar, na mesma obra que, “com todas as limitações e dubiedades, elementos das formulações gramsciana e/ou do PCI contribuíram para a renovação (ainda que conservadora) das concepções e práticas dos comunistas brasileiros” (IBIDEM, p. 184). Em outras palavras, ele reconhece que, de certa forma, a influência do gramscismo permaneceu.

O que nos parece ficar claro aqui é que leninismo e gramscismo possuem pontos em comum e pontos de discordância. No campo do jornalismo, o ranço autoritário e centralizador do leninismo acabaria por entrar em tensões com o gramscismo, marcando o declínio do leninismo entre os jornalistas de esquerda e a popularização dos ideais de Gramsci. Isso não implica, evidentemente, o abandono total das ideias de Lênin. Como temos sustentando, as proposições de Lênin não foram descartadas, mas desenvolvidas; passaram por um processo de evolução, no qual alguns pontos foram enfatizados, outros amenizados e outros ainda remodelados. Deste modo, parte do leninismo sobrevive no gramscismo. Por esta razão, este trabalho se iniciou descrevendo a evolução das ideias desde Marx, passando por Lênin até chegar a Gramsci.

3.2) Um inconsciente gramscista

Kucinski afirma, em um trecho de sua obra que já destacamos nesta monografia, que havia entre os jornalistas alternativos de esquerda um consciente gramsciano e um inconsciente leninista. Com o decaimento da influência leninista entre os jornalistas e a ascensão do gramscismo, observa-se uma mudança nesse cenário. As ideias de Gramsci são absorvidas pelo senso comum dos militantes de esquerda, o que inclui os jornalistas identificados com este espectro político. Álvaro Bianchi, após mencionar a absorção do gramscismo pela academia brasileira, faz alguns apontamentos sobre os reflexos dessa absorção na sociedade. Afirma:

Partidos formais ou informais, bem como movimentos sociais, organizaram-se e construíram suas identidades em torno das ideias de hegemonia, sociedade civil e bloco histórico. Rapidamente, essas ideias deixaram de expressar sofisticados e complexos conceitos e se transformaram em slogans políticos. A rápida instrumentalização de seu pensamento teve como consequência sua difusão em um senso comum político e intelectual, mas a contrapartida não foi uma ampliação simultânea dos estudos gramscianos. Gramsci foi, assim, muito citado, mas parece ter sido pouco lido e estudado (BIANCHI, 2007, p. 5).

Embora Bianchi descreva tal fato de modo negativo (destacando que o nível de estudo sobre o autor não foi satisfatório), a absorção do gramscismo pelo senso comum dos intelectuais torna possível que, de tempos em tempos, os jornalistas de esquerda possuam em seu consciente qualquer outro conjunto de ideias, mas mantendo em seu inconsciente um pouco do gramscismo. Este cenário está em consonância com a análise de Gramsci sobre a lenta e gradual modificação da cultura de uma sociedade, conforme observamos no capítulo 1.

O jornalista e filósofo Pimentel de Carvalho, na obra “Nova Era e a Revolução Cultural”, faz algumas ponderações nesse sentido. Primeiramente, ele relembra qual o âmago do gramscismo, para depois sustentar como a luta pelo inconsciente é parte fundamental da estratégia. Diz sobre o senso comum:

A luta pela hegemonia não se resume apenas ao confronto formal das ideologias, mas penetra num terreno mais profundo, que é o daquilo que Gramsci denomina — dando ao termo uma acepção peculiar — “senso comum”. O senso comum é um aglomerado de hábitos e expectativas, inconscientes ou semiconscientes na maior parte, que governam o dia-a-dia das pessoas. Ele se expressa, por exemplo, em frases feitas, em giros verbais típicos, em gestos automáticos, em modos mais ou menos padronizados de reagir às situações. O conjunto dos conteúdos do senso comum identifica-se, para o seu portador humano, com a realidade mesma, embora não constitua de fato senão um recorte bastante parcial e frequentemente imaginoso. O senso comum não “apreende” a realidade, mas opera nela ao mesmo tempo uma

filtragem e uma montagem, segundo padrões que, herdados de culturas ancestrais, permanecem ocultos e inconscientes.

Como o que interessa não é tanto a convicção política expressa, mas o fundo inconsciente do “senso comum”, Gramsci está menos interessado em persuasão racional do que em influência psicológica, em agir sobre a imaginação e o sentimento (CARVALHO, 1994, p. 44).

Pode ser questionável a opinião expressa por Carvalho de que Gramsci estava mais interessado em manipular o senso comum do que persuadir racionalmente. Muitos autores interpretarão que o pensador italiano pretendia, na verdade, formar um senso crítico, intenção esta que, de fato, está expressa em alguns trechos de sua obra. Porém, o importante aqui é notar que, independente da interpretação, é fato concreto que Gramsci acreditava poder modificar o senso comum de maneira gradual e sutil.

Possivelmente, Gramsci julgava que as modificações graduais e inconscientes no senso comum e na cultura levariam a um despertar racional, crítico e consciente em algum momento. Mas fica claro em seus escritos que essa mudança não poderia ocorrer abruptamente e que, portanto, haveria um estágio intermediário, no qual as novas ideias seriam agregadas à mentalidade popular de maneira muito semelhante a como foram agregadas as antigas ideias. Então, é possível afirmar sem grandes dificuldades que, de fato, “a influência psicológica” e o “agir sobre a imaginação e o sentimento” possuíam muita importância nas concepções gramscianas, independente de suas reais intenções almejarem um senso crítico e consciente no final ou não.

Deste modo, a absorção do gramscismo pelo inconsciente e pelo senso comum dos jornalistas de esquerda (em lugar do antigo inconsciente leninista) se constitui um passo importante e previsto pela própria estrutura gramscista de pensamento.

Carvalho vai enfatizar mais adiante como que movido pelo senso comum um indivíduo pode agir de maneiras contrárias ao que interessaria a sua classe. Ele cita o exemplo do proletário que vai à missa. “Nesta simples rotina dominical oculta-se uma mistura das mais surpreendentes, onde um valor típico da cultura feudal-aristocrática, reelaborado e posto a serviço da ideologia burguesa, aparece transfundido em hábito proletário [...]” (IBIDEM). O objetivo primordial dos intelectuais, portanto, seria o de reformar o senso comum do povo,

[...] organizando-o para que se torne coerente com o interesse de classe respectivo, esclarecendo-o e difundindo-o para que fique cada vez mais consciente, para que, cada vez mais, o proletário viva, sinta e pense de acordo com os interesses objetivos da classe proletária e o burguês com os da classe burguesa (IBIDEM, p. 44-45).

Gramsci aborda essa questão diretamente quando afirma que o homem ativo da massa, conquanto atue na prática, não tem uma consciência teórica clara da sua ação. Assim, Gramsci observa que em muitos casos a consciência teórica desse homem poderá estar em contradição com o seu próprio agir, tal como se ele tivesse duas consciências: “uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica”. Gramsci ressalta, não obstante, que esta concepção verbal não é inócua, mas influencia de certa forma e em certo grau a conduta moral, às vezes até alcançando uma contradição tão grande com a outra consciência que impede a tomada de uma ação, produzindo um mesmo estado de “passividade moral e política” (GRAMSCI, 1999, p. 103).

Conforme entende Carvalho, é por esta razão que, para Gramsci não é suficiente derrotar a ideologia expressa da burguesia, mas “é preciso extirpar, junto com ela, todos os valores e princípios herdados de civilizações anteriores, que ela de algum modo incorporou e que se encontram hoje no fundo do senso comum”. Ele seguirá dizendo que uma operação dessa amplitude ultrapassa em escala infinita a mera pregação revolucionária, abrangendo o que o autor denomina “mutações psicológicas de imensa profundidade”. Para Carvalho, a luta pela hegemonia demanda uma multiplicidade de canais informais de propagação de ideias que não tenham uma aparência de ligação com a política. Estes canais serviriam de meios para injetar “imperceptivelmente na mentalidade popular toda uma gama de novos sentimentos, de novas reações, de novas palavras, de novos hábitos, que aos poucos vá mudando de direção o eixo da conduta” (CARVALHO, 1994, p. 46).

O jornalista prossegue nessa linha de raciocínio nas páginas subsequentes e, a partir dela, conclui o que principiamos a dizer: que para o gramscismo alcançar seus objetivos não é necessário haver grande contingente de pessoas conscientes das ideias de Gramsci e com senso crítico pleno. Ao contrário, o gramscismo pode e parece ter sido formulado para ser levado a cabo, durante a maior parte do tempo, por uma maioria de agentes inconscientes deste fato. Ele pontua que “atuando menos no campo do combate ideológico expresso do que no da conquista do subconsciente”, o gramscismo se dissemina por meio de modas e hábitos psicológicos novos, colocando “a seu serviço informal uma legião de pessoas que nunca ouviram falar em Antonio Gramsci” (IBIDEM, p. 56).

Elaborando melhor este ponto, Carvalho chama a atenção para o fato de que o número de adeptos conscientes e declarados do gramscismo não é grande, mas que isto não se

constitui um impeditivo para que ele se torne dominante. Uma vez que o alvo é mudar o senso comum, não há necessidade de muitos militantes formais e conscientes. Desta forma, qualquer um indivíduo pode ser colocado “numa posição tal perante o mundo que ele passa a colaborar com a estratégia gramsciana mesmo sem ter disto a menor consciência” (IBIDEM, p. 57), bastando para tal uma existência de um novo senso comum no mesmo, alinhado com as ideias de subversão do que Gramsci julgava serem as bases de sustentação da sociedade burguesa.

Em outras palavras, a força do gramscismo residiria no potencial de replicação de informações. Um grupo ou vários grupos de intelectuais conscientes do gramscismo dão um impulso inicial, espalhando suas ideias, enfraquecendo pontos nevrálgicos do atual senso comum e inserindo pontos novos que, individualmente, não possuem muita relação com política. Aqueles que absorverem essas ideias, ainda que parcialmente, com distorções e misturas, manterão sua essência e as replicarão. Em pouco tempo, diversos agentes estarão replicando ideias que encontram, ao menos parcialmente, suas raízes em Gramsci, mesmo sem terem consciência disso.

A importância dessa replicação para o gramscismo está no potencial de mudança da cultura. Se ela servir para, ao cabo de alguns anos ou décadas, enfraquecer os traços de ideologia burguesa entre os proletários, destruir barreiras culturais para a aceitação do marxismo, criar uma consciência de classe (e de luta de classe), instigar as massas a lutar pela revolução e, finalmente, consolidar o apoio ao partido, então ela é válida e, mais que isso, imprescindível. No fim das contas, o pensamento crítico pleno emerge quando estes objetivos são alcançados. A aceitação do comunismo seria a libertação da alienação proveniente do atual senso comum.

3.3) O papel do jornalista gramscista

Toda essa exposição demonstrando as interações e tensões do gramscismo com outros matizes ideológicos dentro e fora do pensamento marxista (isto no âmbito de um combate cultural forjado para modificar o senso comum) faz emergir as questões: qual seria o papel do jornalista gramscista na luta da esquerda? Seria possível distinguir objetivos políticos e estratégicos nos jornalistas gramscistas do período do regime militar? Esses objetivos, se existentes e distinguíveis, foram cumpridos? Os jornalistas em questão contribuíram para o avanço da estratégia gramscista nos dias de hoje?

Todas essas questões podem ser respondidas com base na própria leitura da obra de Gramsci. O conceito de “guerra de posições”, por exemplo, coloca sobre os ombros de cada intelectual de orientação marxista a responsabilidade de ocupar cada espaço da sociedade, em especial os que têm o potencial de influenciar grande número de pessoas. Isso inclui, evidentemente, cada jornalista. O intuito é criar uma classe de pensadores marxistas (ou simpatizantes) no jornalismo que possa ter alguma influência futuramente.

Esta ocupação não requer, inicialmente, qualquer manifestação do jornalista no sentido de utilizar o seu trabalho em prol do marxismo. Em muitos casos o trabalho de militância ficará além da profissão, nas conversas pessoais e nas relações cotidianas. É o que afirma o jornalista Milton Temer, comunista do PCB, que trabalhou no período do regime militar. Em entrevista concedida à Mônica Mourão para o artigo *“Comunistas no PCB: jornalistas de esquerda no Brasil da ditadura (1964-1985)”*, expõe o seguinte:

Não, o partido não discutia a atuação na redação. Os militantes da redação eram jornalistas na redação. A militância era na preparação de eleição, era na interferência nos sindicatos, era na interferência na [Associação Brasileira de Imprensa] ABI, era na organização de movimento na sociedade civil, na associação de moradores, era aí que se fazia política. Entendeu? Então a profissão redação era fonte de renda da onde saíam os recursos... Bom, o partido só se interessava pelo jornalista por conta do que recebia de contribuição, pô. Era um mercado de trabalho pros comunistas, ponto. Mas não tinha uma organização de jornalistas. Os jornalistas não agiam... quer dizer, a gente não influenciava no jornal, como jornalista. O jornal era do patrão. A gente trabalhava no jornal. A gente era comunista a partir do jornal. O que não impedia você de fazer a sua atividade jornalística comunista na mídia alternativa, independente. E o jornal chegou a ter um semanário, a Folha da Semana, que era um jornal do Partido Comunista. Que funcionava e era um semanário lido, logo depois do golpe, entendeu? (MOURÃO, 2013, p. 10).

É fato, conforme explica Temer, que os jornalistas comunistas não podiam fazer uma atividade militante aberta nas redações de jornais conservadores e num regime orientado ao anticomunismo. Entretanto, segundo Marco Roxo, também havia “uma convergência de interesses” entre eles e os proprietários dos jornais. Afirma:

Por motivos diferentes jornalistas comunistas e os donos de jornais defendiam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a volta à normalidade democrática. Os donos dos jornais obviamente em função de seus negócios, prejudicados pela censura oficial. Os comunistas em função da sua visão dualista da economia, para o qual a democracia liberal era uma etapa necessária para incrementar o desenvolvimento da economia patrocinada pelo Estado. Além disso, os comunistas forneceriam aos jornais um modelo de profissional fiel as normas da organização empresarial. Em contrapartida tinham uma relativa liberdade de ação para defenderem suas concepções de mundo nas páginas dos periódicos (ROXO, 2007, p. 188-189).

Ou seja, havia alguma consonância entre a visão dos jornalistas comunistas e os donos de jornais. A principal era o desejo pelo fim do regime militar, o que abre espaço para alguma

militância velada nesse sentido em determinados momentos. Tal fato, aliás, forjava uma unidade ampla entre os diferentes tipos de esquerdistas e até mesmo entre pessoas que não eram de esquerda, o que, a médio e longo prazo, poderia colaborar para gerar simpatia do povo para com o comunismo e a visão de que jornalistas comunistas são partidários da democracia e da luta pela liberdade.

Temer, em outros trechos da entrevista, ressalta essa consonância entre os jornalistas e muitos jornais, e também a existência dessas pequenas brechas para a ação militante. Ele relata a ocasião em que uma gráfica mantida pelo PCdoB, chamada Voz Operária, foi fechada pelo regime militar, em 1969. Milton Temer era um dos financiadores da gráfica e utilizava o codinome Ricardo. Tendo descoberto essa informação, agentes do regime foram até a editora Abril, onde Temer trabalhava e prenderam um Ricardo. O então diretor da equipe, Odylo Costa Filho, sabendo do caso, avisou a Temer e o orientou a fugir. O jornalista segue a orientação e se mantém distante por um mês, conforme suas palavras “sem ser de férias, e a Editora Abril bancava o meu salário”. Temer continua:

Ferreira Gullar ficou no exílio recebendo salário d'O Estado de S. Paulo. Não era como correspondente não, entendeste? Mas a editora pagava, bancava. Porque, naquela época, a Editora Abril era progressista. A Realidade publicava entrevista com o Vladimir Palmeira, com o [Luís] Travassos, matéria sobre o [Luis Carlos] Prestes. Você vai olhar as capas... O Zé Milton vai pro Vietnã, olhar a Guerra do Vietnã. Era uma revista de progressistas. A Veja foi censurada, que era Raimundo Pereira... Depois a guinada. Quem vê a Abril hoje não consegue imaginar o que foi a Abril a princípio. Entendeu? Nós fazíamos jornais clandestinos contra a ditadura dentro da redação da Abril, em São Paulo. Era chamado Resistência. Eurico, Euriquinho, Milton Coelho, Maurício Azêdo, eu, a gente fazia jornal dentro da redação, depois do expediente (MOURÃO, 2013, p. 9).

Mourão pergunta ao fim desse trecho de todos sabiam disso e Milton Temer é taxativo: “Todo mundo!” (IBIDEM). Em outro trecho, Temer afirma ter sido correspondente de O Globo em Londres e que, nesse período, só fazia matéria de esquerda, colocando-se ao lado de perspectivas simpáticas à esquerda em relação à política internacional, como a Guerra na Irlanda, por exemplo. “Então eu nunca tive problema de escrever. Eu não renego nenhum dos textos que eu escrevi assinado n'O Globo” (IBIDEM, p. 1).

Mino Carta, gramscista reconhecido, afirma que mantinha relações cordiais com o General Golbery do Couto e Silva, que foi Chefe da Casa Civil da Presidência durante o governo Geisel (1974-1979). O jornalista revela ainda que negociava o fim da censura diretamente com ele e o então Ministro da Justiça Armando Falcão (ABREU, 2003, p. 186-188). O general tinha interesse na reabertura democrática e trabalhava num “plano de

distensão lenta e gradual, que depois virou abertura, que pragmaticamente era a saída possível”, diz Carta (IBIDEM, p. 201). Ainda segundo o jornalista, o general Golbery era acessível e “plantava informações” para a mídia. “Quem quisesse falar com ele, falava”, ressalta (IBIDEM, p. 203).

Ele não era um sujeito que hostilizava o jornalista. Acredito que fosse sincero em muitos pontos de seu pensamento político. Algum tempo atrás entrevistei dom Paulo, e ele me disse: “Estive com Golbery, era uma pessoa sincera. No fim, eu tinha uma grande simpatia por ele. Tinha a mesma ideia que nós sobre a censura, a tortura e o próprio regime”. Quanto ao regime, ousou discordar de dom Paulo. Acho que Golbery se desiludiu com os rumos tomados depois do golpe, mas foi um dos responsáveis pela tragédia que se abateu sobre o Brasil em 64 (IBIDEM, p. 204).

Carta assume que a linha da *Revista Veja*, da qual era editor desde sua criação em 1968, fazia forte oposição ao governo e que ele procurou “dobrar a dose” entre os anos de 1975 e 1976 (ano em que resolveu ir embora da redação, após pressões do regime à revista). Em 1977, participou da criação da *Revista Isto é*, a qual, segundo ele, “era um furacão, fazia capas dizendo: ‘Abaixo a ditadura!’”. Era uma revista que estava aí para brigar mesmo” (IBIDEM, p. 190-193 e 208).

Alberto Dines, falando sobre a Folha de São Paulo, afirma que o governo tinha certa confiança no jornal, por conta de não ser um jornal de opinião durante o período de 1964. Desta forma, quando esta postura mudou, o jornal conseguiu se posicionar sem grande censura em alguns momentos.

A Folha foi o único jornal que tratou da morte do Herzog. [...] O Vlado foi preso, morreu no domingo e na segunda mandei um artigo fortíssimo. A Folha dizia tudo. Quando Zuzu Angel morreu, eu falei. [...] Eu fui o único que conseguiu falar, porque a Folha tinha uma espécie de habeas corpus. Ela tinha sido tão escrota – com o perdão da palavra – antes que tinha essa liberdade. O Falcão ainda respeitava, achava que o Frias estava abrindo só um pouquinho para a esquerda (ABREU, 2003, p. 121).

Dines também afirma, mais à frente, que o jornalista Boris Casoy, que chegou a ser diretor da Folha, entrou em acordo pacífico com Otavio Frias para sair do jornal, pois “o Frias achou que o Boris não tinha condição [de continuar], e o próprio Boris não queria se identificar com um jornal que estava ficando de esquerda” (IBIDEM, p. 122).

Otavio Frias Filho, por sua vez, conta que no início de 1974, seu pai, então dono da Folha, foi chamado para uma conversa com o general Golbery. Na ocasião, “Golbery delineou os rumos que eles pretendiam impor ao novo governo, falou da necessidade de uma descompressão política, enfim, expos todo aquele ideário que se tornou bastante conhecido depois”. Ele continua afirmando que Golbery mencionou ao seu pai que o governo desejava

que houvesse dois jornais fortes em São Paulo em termos de opinião pública, não apenas um. “A conversa se resumiu a isso. Não houve qualquer tipo de apoio ou de desencorajamento da parte do governo”. (IBIDEM, p. 354-355).

Esses são alguns testemunhos que demonstram a existência de certas brechas, de negociações e de recuos na censura durante o regime, brechas que foram utilizadas por muitos jornalistas na luta contra o governo e na militância ideológica sutil, velada. Roxo, contudo, ressalta que embora realmente existissem tais brechas, a conduta padrão era baseada na objetividade. Pontua:

A objetividade pode ter tido um papel fundamental para os comunistas, pois ela fundamentava o jornalismo como uma técnica e o legitimava na defesa de causas públicas. Esses dois fatores serviam de parâmetro para avaliar o grau de profissionalismo dos jornalistas em geral e atendiam os anseios dos jornalistas comunistas de serem avaliados como profissionais por critérios impessoais e não por questões ideológicas. Por outro lado, a prática de um jornalismo centrado em fatos servia como um alibi para o exercício de militância, preservando os agentes de maiores questionamentos pelas autoridades (ROXO, 2007, p. 187-188).

Para exemplificar também, podemos citar um trecho da entrevista concedida pelo jornalista Roberto Muller Filho. Falando sobre isenção na atividade jornalística, ele afirma sempre orientar suas equipes a fazerem coberturas neutras, honestas, equilibradas. Explica sua postura, dizendo: “Foi assim que Claudio [Abramo] me ensinou, e foi assim que eu aprendi. Claudio era um homem de esquerda, mas me ensinou que era assim que se tinha que fazer para garantir uma boa cobertura. [...] Tenho obstinação pela isenção, pela equidistância” (ABREU, 2003, p. 264).

Neste ínterim, Roxo vai destacar o impacto do novo sindicalismo, do Partido dos Trabalhadores e da greve dos jornalistas de 1979 sobre para a classe jornalística. Ele pontua que durante o período de hegemonia do PCB como principal representante da esquerda, “havia certo pacto de convivência nas redações adequado ao partido diante das condições conjunturais que vivia o Brasil. Somente assim, os jornalistas poderiam exercer um papel relevante como formadores de um consenso de forças contra a ditadura”. O novo sindicalismo promovido pelo PT, que seria o grande responsável pela greve, causaria “uma inflexão neste modelo de atuação” (ROXO, 2007, p. 189). Por esta razão, boa parte dos jornalistas do PCB seria contrária à greve (IBIDEM, p. 190).

Roxo cita a análise de Odon Pereira, militante comunista e editor da Folha de São Paulo para ilustrar seu ponto. Segundo Pereira, o grande erro do movimento sindicalista que lutava pela greve dos jornalistas era crer que “poderiam deslocar para o primeiro plano de seu

relacionamento político a contradição capital-trabalho, apoiados no prestígio e força inegáveis que sua atuação na luta pelo Estado de direito havia granjeado”. Para Pereira, um terrível engano, pois a greve teria, na sua visão, desgastado o relacionamento empresa-empregados dentro das redações, relacionamento este que era bom até antes da greve, construído ao longo dos anos. Ademais, os jornalistas haviam alcançado certo prestígio até então. Pereira diz que

havia um acordo tácito entre empresas e jornalistas segundo o qual as primeiras avançavam no seu noticiário e posições como vanguardistas e de certa forma experiência-piloto escolhida pelo próprio governo para a abertura (o que renderia aos veículos maior abertura e prestígio) e os jornalistas seriam beneficiários de uma atividade mais desenvolvida no plano político, caindo ou diminuindo sensivelmente as restrições políticas ou ideológicas a profissionais ou assuntos. De quebra os jornalistas tinham a franca ofensiva no que se refere à ampliação do mercado de trabalho e melhorias da condição de seu desempenho. As redações ampliavam seus quadros, melhorias salariais particulares eram conseguidas e os homens de direção davam satisfações e o cumprimento de compromissos às editorias. Na verdade, a contradição capital-trabalho operava num segundo plano, funcionava como uma etapa de acumulação de forças (IBIDEM, p. 189).

Através destes enxertos, podemos compreender como o conceito de “guerra de posições” estava bem presente no período. Em suma, pretendia-se por meio desta tática encher os espaços jornalísticos de profissionais comunistas, influenciar nas relações do cotidiano e na militância junto aos sindicatos e associações, sustentar financeiramente as atividades comunistas (incluindo os jornais clandestinos), manter a simpatia dos donos, auxiliar na abertura democrática (para consolidar uma etapa necessária da revolução), ganhar o apoio da sociedade e, sempre que houvesse brechas, orientar as matérias para a esquerda. Com a abertura democrática, estando o jornalismo repletos de comunistas, a liberdade para influenciar utilizando a própria redação seria muito mais ampla. A tática, portanto, visava muito o futuro.

Ressalta-se que a militância sutil por meio dos próprios escritos foi mais bem desenvolvida justamente em função da atmosfera autoritária que impunha, antes mesmo da censura oficial, uma autocensura jornalística. O aprimoramento desta técnica serviria não só para a militância velada durante o regime, mas para um posterior contexto de democracia restaurada, onde os jornalistas passariam a focalizar mais a modificação do senso comum. Carvalho sustenta:

Para a revolução gramsciana vale menos um orador, um agitador notório, do que um jornalista discreto que, sem tomar posição explícita, vá delicadamente mudando o teor do noticiário, ou do que um cineasta cujos filmes, sem qualquer mensagem política ostensiva, afeiçoem o público a um novo imaginário, gerador de um novo senso comum. Jornalistas, cineastas, músicos, psicólogos, pedagogos infantis e conselheiros familiares representam uma tropa de elite do exército gramsciano. Sua atuação informal penetra fundo nas consciências, sem nenhum intuito político

declarado, e deixa nelas as marcas de novos sentimentos, de novas reações, de novas atitudes morais que, no momento propício, se integrarão harmoniosamente na hegemonia comunista (CARVALHO, 1994, p. 46-47).

Nas palavras de Antônio Gramsci, o jornalista comunista deveria enxergar o leitor a partir de dois pontos de vista: “como elementos ideológicos, ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação” e “como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros” (GRAMSCI, 2001, p. 246).

Neste sentido, o jornalismo alternativo feito por gramscistas no regime militar tinha uma característica curiosa e paradoxal: ao mesmo tempo em que possuía posições de esquerda explícitas (justamente por ser, em geral, clandestino, não se prendendo às regras dos grandes jornais), também detinha o discurso amenizador de que seus agentes buscavam lutar contra a ditadura militar, o que revestia suas publicações com uma aparência muito menos ideológica e muito mais pró-democracia – valor que poderia ser considerado comum à todas as ideologias. Assim, ao explorar esta aparência e discurso, abria-se possibilidade do uso outra forma de sutilidade, relacionando ideias gramscistas e comunistas a valores universais – “interideológicos”, por assim dizer.

Que esta crença estava presente nos jornalistas alternativos e era disseminada por eles fica claro na fala do jornalista Carlos Azevedo, membro do PCdoB no período do regime militar, também em entrevista à Mônica Mourão. Ele afirma crer que a rede de informação gerada pelos jornais alternativos, denunciando a tortura, os problemas do regime militar e lutando pelo fim do governo militar auxiliou no processo de redemocratização.

Não foi uma coisa que se venceu a ditadura militarmente, mas ela foi ficando inviabilizada politicamente. Uma derrota política importante, estratégica, e nesse movimento, nesse resultado todo, teve importância esse movimento de opinião pública que a gente ajudou a construir. Os partidos de esquerda, o PCdoB, esses jornais da imprensa alternativa, influenciando toda a imprensa, influenciando os partidos políticos, o MDB, etc. E a repercussão internacional disso também foi dificultando a vida da ditadura militar e tal (MOURÃO, 2009, p. 158).

O Partido dos Trabalhadores (PT) iria, em seus primeiros anos, abalar um pouco a trajetória do gramscismo no Brasil. Tendo surgido sem uma ideologia muito definida, com uma configuração mista, primando por uma política combativa mais aberta do que estratégica, o partido conseguiria agremiar a maior parte dos jornalistas e criar uma ruptura no modo como as coisas vinham sendo feitas (KUCINSKI, 1991, p. 14-15; ROXO, 2007, p. 183-184). O radicalismo petista e a sua natureza de intensa miscelânea interna impediram que o partido

adquirisse um arcabouço teórico mais profundo, o que estagnou o gramscismo por alguns anos.

O tempo, no entanto, levaria o PT ao amadurecimento teórico, impulsionado pelos desafios do novo contexto democrático do país, pelo crescimento do partido no cenário político e pela adesão das massas e dos intelectuais ao mesmo. Como afirma Mônica Mourão, o PT teria pela frente décadas de hegemonia dentro da esquerda nacional (MOURÃO, 2009, p. 14). Este conjunto de fatores faria o partido perceber a necessidade de passar por uma reorientação teórica e estratégica, a fim de definir melhor a sua ação dali para frente. Uma demonstração clara deste processo de amadurecimento do PT é bem expressa em um artigo de Tarso Genro, em 1990, quando vice-prefeito de Porto Alegre. Após afirmar que o PT pretendia caminhar sob um socialismo moderno, ele esboça três possíveis movimentos para o partido. Genro ressalta o segundo como sendo o mais viável:

A possibilidade do PT tornar-se um partido socialista de massas com uma hegemonia interna de sentido marxista, unificando politicamente a social-democracia de esquerda, os socialistas e os comunistas avessos à tradição da III Internacional, tornando-se portanto um partido capaz de saber combinar a luta por reformas com a luta pela hegemonia no sentido das transformações socialistas.

Descartando as outras duas hipóteses, a saber: a do PT se tornar socialdemocrata e do PT dividir-se em dois ou mais partidos (não consolidando uma “hegemonia interna capaz de propor um novo bloco histórico para o movimento socialista no Brasil”), Tarso Genro continuará:

A resposta que devemos dar no momento é a de que podemos soldar no PT uma saída no sentido da segunda alternativa. Trata-se, em primeiro lugar, de aprofundar uma revolução teórica no interior do marxismo, forjando condições culturais filosóficas e políticas para encarar o processo revolucionário no Brasil a partir de novas categorias, como aquelas indicadas pela experiência gramsciana. Trata-se também de forjar uma elaboração estratégica que compreenda a especificidade da luta socialista no Brasil, num momento negativo para o socialismo em escala mundial e de crises dos modelos “socialistas” existentes. É preciso, ainda, construir no interior desse partido uma coluna vertebral - uma corrente filosófica e política - enraizada na intelectualidade e no proletariado moderno para, a partir daí, irradiar um novo movimento de esquerda, amplo e radical, que reconstrua a ideia do socialismo em conexão com a questão democrática e se aproprie, de forma nova, dos valores democráticos já constituídos pela humanidade como patrimônios irrenunciáveis.

Procurando claramente orientar o PT no gramscismo, Genro finaliza seu artigo afirmando a necessidade de “criar quadros intermediários e superiores que tenham capacidade de se tornarem referências de massas, politizados e qualificados do ponto de vista cultural”. Compreendendo a importância da guerra cultural em contexto distinto, de falência dos antigos

modelos socialistas, ele arremata esses novos quadros deveriam ser “capazes e competentes”, algo presente no capitalismo e que precisava ser apropriado pela esquerda socialista, a fim de que os socialistas não fossem derrotados “no terreno empírico da vida cotidiana” (GENRO, 1990).

Um artigo de Eurelino Coelho demonstra que essa orientação do partido no gramscismo, embora com algumas interpretações peculiares (o que é o objeto de estudo do artigo), se dará por meio dos escritos de figuras políticas influentes no partido como José Dirceu, Aldo Fornazieri, Marcos Rolim e o já mencionado Tarso Genro (COELHO, 2005). Podemos afirmar, sem dúvida, que este retorno ao gramscismo após um breve período de estagnação de sua divulgação aberta se deve à existência de intelectuais que já haviam sido influenciados pelas ideias de Gramsci anteriormente. Conforme lembra Marcos Aurélio Nogueira, o boom gramsciano iniciado a partir de 1975 espalhou as ideias do autor de tal forma que: “O gramscismo veio à luz do dia com a força de um vulcão. Todos, de uma ou outra forma, tornaram-se “gramscianos” (NOGUEIRA, 1993, p. 130). O efeito desse boom não poderia ter se apagado totalmente da sociedade. O desenrolar político e cultural da sociedade brasileira reacenderia o gramscismo em poucos anos.

Tendo alcançado a hegemonia como partido representante da esquerda brasileira e absorvido (ao menos em parte) o gramscismo, o Partido dos Trabalhadores se tornaria um potencial agente gramscista – uma estrutura apropriada para gerar militantes que pudessem, com o passar do tempo, empregar as armas culturais para modificar o senso comum da sociedade. O modo como o jornalismo foi dominado por petistas a partir dos últimos anos do regime militar, seguindo por toda a década de 1990, demonstra com clareza o potencial do qual estamos falando.

Os testemunhos deste fato por parte dos grandes chefes de redação brasileiros são praticamente unânimes. Alberto Dines afirma, por exemplo, que em 1979 a sua redação “era um núcleo de petistas super-radical” (ABREU, 2003, p. 126). Diz ainda, referindo-se a 1997, que “as redações estão partidarizadas, sim. A grande maioria vai para o PT ou partidos afins” (IBIDEM, p. 157). Acrescenta que boa parte dos jornalistas da década de 1990, diferente dos jornalistas mais antigos, vinha de camadas abastadas e fazia um mau jornalismo, mas era do PT e votava no Lula (IBIDEM, p. 170-171).

Roberto Muller Filho, ao ser perguntado sobre os petistas nas redações, confirma que “Uma boa parte é petista”. E continua:

Na Gazeta de Vitória, por exemplo, nós proibimos a estrelinha ou distintivo de qualquer partido. Mas era mais ou menos assim quando nós, mais velhos, éramos jovens repórteres – comunistas, da AP, ou direitistas. Nós também criávamos problemas para os nossos chefes. Essa distorção não é privilégio dos petistas. É que, hoje, ser de esquerda é praticamente estar no PT. Compete a nós explicar para esses meninos qual é o papel a imprensa, porque muitos deles têm aquela coisa que nós tínhamos, de querer transformar, de achar que a verdade deles é a única que vale (IBIDEM, p. 262-263).

Augusto Nunes responde a uma pergunta semelhante com uma (aparente) piada, uma provável hipérbole bem humorada: “Eu não digo que o índice [de jornalistas petistas] chegue a 100% porque deve haver algum filho de deputado de outro partido. Mas a 99% chega, sem dúvida. Ou passa disso em alguns lugares” (IBIDEM, p. 341-342).

Em outro trecho da entrevista, no entanto, Nunes já havia dito em tom mais sério sobre este tema. Ao falar sobre as exigências do Estadão, em termos de linha editorial, quando lá trabalhou como editor, expressou: “A situação só ficava mais complicada em épocas eleitorais. Toda redação que conheço, e era o caso do Estadão, tem 98% de petistas, que militam, e então o patrão fica bravo” (IBIDEM, p. 310).

Otavio Frias Filho caminhará na mesma opinião afirmando que “se se fizer uma enquete nas redações em geral, vai-se encontrar uma grande maioria de simpatizantes do PT. Pelo menos nas redações que eu conheço um pouco melhor, em São Paulo, eu iria que o resultado poderia ser algo como 80% se declarando simpatizante do PT”. Em outro trecho concluirá: “Acho que as inclinações da maioria dos jornalistas ainda são de esquerda, concentradas em torno do PT” (IBIDEM, p. 372-373).

É importante destacar aqui que as visões de mundo de cada um dos jornalistas mencionados divergem em maior ou menor grau. Há interpretações diferentes e mesmo contraditórias da mesma realidade em muitos casos. Contudo, a noção de que o petismo conseguiu a adesão da maior parte da esquerda brasileira, incluindo a classe jornalística, está presente em todos eles, bem como nos seus entrevistadores e dos demais jornalistas e pesquisadores que utilizamos como base neste trabalho monográfico.

A constatação deste fato nos possibilita fechar as questões propostas no início do tópico. Concluimos que os jornalistas gramscistas surgidos principalmente na década de 1970 procuraram colocar em prática a “guerra de posições”, a militância velada, a luta cultural pela

modificação do senso comum e um gradualismo que visava a superação da ditadura militar e um futuro com possibilidades mais amplas de militância marxista para os jornalistas na redação. Conquanto o gramscismo tenha sofrido uma breve estagnação em meados da década de 1980, seria reabsorvido pela esquerda, alcançando o PT em seu processo de amadurecimento teórico. A hegemonia petista na esquerda brasileira e nas redações dos jornais transformaria o partido em um agente potencial para formar, orientar e apoiar militantes em um renovado movimento gramscista.

Entendemos, assim, que os objetivos da estratégia gramscista foram cumpridos pelos jornalistas de esquerda do período do regime militar e que sua atividade e pensamento foram/são relevantes para os jornalistas de esquerda da atualidade. Não haveria, aliás, como pensar o gramscismo do meio jornalístico brasileiro hoje sem antes traçar uma análise do gramscismo no meio jornalístico brasileiro dos anos 60, 70 e 80, que teve como fundo um regime autoritário e anticomunista.

CONCLUSÃO

Após as análises aqui levadas a cabo concluimos que, de fato, o gramscismo teve influencia relevante sobre os jornalistas de esquerda do período do regime militar. Foi possível averiguar que sua disseminação no meio jornalístico se deu em dois “campos de batalha” distintos, a saber, o das publicações alternativas e o das convencionais. No primeiro campo, os jornalistas, embora limitados a alcançar um grupo menor de pessoas, por conta de geralmente estarem na ilegalidade, possuíam maior liberdade para explorar conteúdos mais abertamente de esquerda. No segundo, os jornalistas buscavam ser mais sutis e objetivos.

O trabalho jornalístico do gramscista no jornal convencional visava a aliança com os donos no sentido de derrubar a ditadura militar, a aquisição de recursos para financiar atividades militantes, a ocupação de espaços para assegurar a existência de uma classe jornalística de marxistas no contexto pós-regime militar, a conquista de simpatia e confiança junto ao povo, a garantia de um espaço de grande influencia junto à sociedade e a possibilidade de, ainda durante o regime, utilizar-se de brechas para colaborar (no fazer mesmo do jornal ou revista) com a luta marxista.

O boom gramsciano da segunda metade da década de 70 formaria um exército de intelectuais e jornalistas gramscistas, alguns professos e, portanto, conscientes das estratégias de Gramsci, tais como Daniel Herz, Adelmo Genro Filho, Tarso Genro, Glênio Peres, Carlos Mossman, Flávio Aguiar, Omar Barros Filho, Marcos Faerman, Ricardo Maranhão, Chico de Oliveira, Mino Carta, Rodolfo Konder, etc. (os quais são citados na obra de Kucinski); outros aparentemente inconscientes do fato, mas influenciados pelo ambiente gramsciano que se formara e passando a reproduzir este modo de pensar e agir.

Com a falência das vertentes marxistas autoritárias no mundo e o abandono, no Brasil, da luta armada para combater o regime militar, a esquerda brasileira absorveu com naturalidade os princípios gramscistas. E uma vez que o gramscismo se baseia em uma luta cultural, não é necessário ter amplo conhecimento dos conceitos do marxista italiano ou mesmo saber quem ele foi para se tornar um “agente” gramscista. Basta ao gramscismo que cada indivíduo seja influenciado em um ou mais pontos culturais pequenos e divulgue essas novas opiniões. Tais opiniões isoladas podem não significar muita coisa, mas dezenas e centenas de pequenos ataques aos fundamentos da cultura que sustenta a hegemonia burguesa e capitalista certamente abalarão a sua estrutura em determinado momento.

O gramscismo adentrou o senso comum dos jornalistas de esquerda e forjou um ambiente propício ao seu próprio desenvolvimento e crescimento. A breve estagnação da divulgação direta e aberta das ideias de Gramsci e seu estudo, isso a partir de meados dos anos 80, não fez morrer os gramscistas conscientes formados nos anos 70, muito menos retirou do inconsciente de muitos a sua influência. Utilizando-nos de conceitos do próprio Gramsci, constatamos que o gramscismo passou por processos de miscelânea, fragmentação, evolução e superação em relação a outras ideias. Não morreu. Continuou vivo na esteira das ideias, no “self-service” ou na “salada mista” que é a formação da cultura, do folclore, do senso comum. Acabou por encontrar no PT um agente adequado para formar, inspirar e orientar intelectuais (artistas, cineastas, professores, filósofos, sociólogos e jornalistas) para servirem de ponte entre o partido e o povo.

A relação entre jornalismo de esquerda e gramscismo durante o regime militar deixou para as gerações posteriores um legado a ser explorado. O jornalista de esquerda foi colocado na posição de combatente cultural, devendo ajudar a subverter todas as estruturas que servem, na visão de Gramsci, de sustentação para o Estado burguês. A função do jornalista gramscista não será mais apenas informar. Também não será a pregação aberta da estatização de todos os meios de produção ou a destruição da burguesia – discursos estes impopulares, tidos como radicais e ultrapassados. A função do jornalista gramscista será moldar a cultura. As pautas mais em voga serão ideias de que se distanciam da matéria econômica, tais como aborto, eutanásia, legalização das drogas, desarmamento civil, união civil homoafetiva ou poliamorosa, cotas raciais, valorização de religiões de matriz africana, feminismo, ideologia de gênero, empoderamento feminino, luta contra o machismo e a homofobia, desconstrução de paradigmas da cultura ocidental e da moral judaico-cristã, etc.

Além de enfraquecer as bases de sustentação do sistema capitalista, conforme entendia Gramsci, o foco em questões mais culturais, sobretudo quando envoltas numa visão das necessidades das minorias, forja uma aparência mais democrática, tolerante, progressista e pacífica. Nisto consiste, talvez, o maior legado dos jornalistas gramscistas para as gerações posteriores: deixando de lado o combate físico e o discurso radicalista que envolvia conceitos como a “ditadura do proletariado”, esses jornalistas souberam trabalhar com mais discrição e elaborar uma aparência/discurso de luta pela democracia, pelos direitos humanos, pelo Estado de direito, contra a ditadura. Para trás ficaram as fases do leninismo, do trotskismo, do stalinismo, do maoísmo.

Da mesma maneira, ao jornalista moderno de viés gramscista, ou simplesmente de esquerda, fica a lição de que mais vale o embate cultural e a aparência moderada (do ponto de vista estratégico), do que o embate físico e a aparência radical. Os jornalistas modernos deverão aplicar essa sabedoria, utilizada antes no âmbito de um regime autoritário, agora no âmbito de um regime democrático, fazendo as devidas adaptações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (orgs.). *Eles mudaram a imprensa: Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- AMADEO, Javier. *Mapeando o marxismo*. In: Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier e González, Sabrina. *A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Trad. CRUZ, Carlos. Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- BUONICORI, Augusto C. *Gramsci, Lênin e a Questão da Hegemonia*. In: SORRENTINO, Walter (org.). *Questões de Partido: Atualidade do partido leninista no Brasil*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2003.
- BIANCHI, Álvaro. *Dossiê "Gramsci e a Política"*. IN: Revista de Sociologia e Política, n° 29. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.
- CARVALHO, Olavo Luiz Pimentel de. *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmi, 1994.
- COELHO, Eurelino. *Outra hegemonia: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas*. IN: Revista Outubro, n° 12, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A presença de Gramsci no Brasil*. IN: Revista Em Pauta, n° 22. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da UERJ, 2009.
- GENRO, Tarso. *A História se Reflete*. IN: Revista Teoria e Debate, n° 10, 1990. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/historia-se-reflete&page=0,0>
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere (Vol. 1)*. 2ª Ed. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere (Vol. 2)*. 2ª Ed. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Editorações Graal, 1978.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. NOGUEIRA, Marcos Aurélio e KONDER, Leandro. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *O Estado e a Revolução*, 1917. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, 1920. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/esquerdismo.pdf>

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher, 2013.

MONASTA, Atilio. *Antônio Gramsci*. Trad. NOSELLA, Paolo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Maçangana, 2010.

MORAES, Silva Luiz Henrique de. *A Revolução Cultural e os aparelhos de hegemonia - O papel da Indústria Cultural na subversão do Ethos Ocidental*. Viçosa: UFV, 2010.

MOURÃO, Pereira Mônica. *A Esquerda bem informada: a estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos*. Niterói: UFF, 2009.

MOURÃO, Pereira Mônica. *Comunistas no PCB: jornalistas de esquerda no Brasil da ditadura (1964-1985)*. Ouro Preto: artigo publicado para o IX Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

MOURÃO, Pereira Mônica. *Comunismo e jornalismo na ditadura militar: um caso de modernização à brasileira* (Artigo). Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XII/Proceedings/M%C3%B4nica%20Mour%C3%A3o%20-%20Comunismo%20e%20jornalismo%20na%20ditadura%20militar.pdf.

MOURÃO, Pereira Mônica; MARIONI, Bruno. *Modernização, jornalismo e comunismo no Brasil* (artigo). Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-1-2013-historia-do-jornalismo/modernizacao-jornalismo-e-comunismo-no-brasil/at_download/file.

NOGUEIRA, Marco Aurélio; COUTINHO, Carlos Nelson. 2ª Ed. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins e FIORI, Ottaviano De. *Lenin: Capitalismo de Estado e Burocracia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

ROXO, da Silva Marco Antonio. *Jornalistas pra quê? Militância sindical e o drama da identidade profissional*. Niterói: UFF, 2007.

ROXO, da Silva Marco Antonio; ALBUQUERQUE, Afonso de. *Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil*. Belo Horizonte: COMPÓS, 2007.

VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira (1964-1985): o Brasil golpeado à direita e à esquerda*. São Paulo: LeYa, 2014.